



DIÁRIO da Assembleia da República

V LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1987-1988)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 6 DE MAIO DE 1988

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Vítor Pereira Crespo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Daniel Abílio Ferreira Bastos

Vítor Manuel Caio Roque

Cláudio José dos Santos Percheiro

José Domingos F. de Abreu Salgado

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 25 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa de diversos diplomas.

Em sessão de perguntas ao Governo, usaram da palavra, além dos Srs. Ministros dos Assuntos Parlamentares (António Capucho), da Defesa Nacional (Eurico de Melo) e da Administração Interna (Silveira Godinho), Ministro Adjunto e da Juventude (Couto dos Santos) e do Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais (Macário Correia), os Srs. Deputados Mário Maciel (PSD), Helena Roseta (Indep.), Maria Santos (Os Verdes), José Lelo (PS), João Corregedor da Fonseca (ID), Rui Silva (PRD) e Basílio Horta (CDS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio de Mesquita Araújo Guedes.
Adão José Fonseca Silva.
Adérito Manuel Soares Campos.
Alberto Cerqueira de Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
Alexandre Azevedo Monteiro.
Amândio Santa Cruz D. Basto Oliveira.
Américo de Sequeira.
António Abílio Costa.
António Costa de A. Sousa Lara.
António Fernandes Ribeiro.
António Maria Oliveira de Matos.
António Roleira Marinho.
António Sérgio Barbosa de Azevedo.
António da Silva Bacelar.
Aristides Alves do Nascimento Teixeira.
Arlindo da Silva André Moreira.
Armando Manuel Pedroso Militão.
Arménio dos Santos.
Belarmino Henrques Correia.
Carla Maria Tato Diogo.
Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.
Carlos Manuel Duarte de Oliveira.
Carlos Manuel Sousa Encarnação.
Carlos Matos Chaves de Macedo.
Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.
Carlos Sacramento Esmervaldo.
Casimiro Gomes Pereira.
Cecília Pita Catarino.
César da Costa Santos.
Daniel Abílio Ferreira Bastos.
Domingos Duarte Lima.
Domingos da Silva e Sousa.
Eduardo Alfredo de Carvalho P. da Silva.
Ercília Domingos M. P. Ribeiro da Silva.
Evaristo de Almeida Guerra de Oliveira.
Fernando Barata Rocha.
Fernando José Alves de Figueiredo.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Fernando José R. Roque Correia Afonso.
Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
Flausino José Pereira da Silva.
Francisco João Bernardino da Silva.
Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.
Hilário Torres Azevedo Marques.
Jaime Gomes Milhomens.
João Domingos F. de Abreu Salgado.
João Granja Rodrigues da Fonseca.
João José Pereira de Matos.
João José da Silva Maçãs.
João Manuel Ascensão Belém.
João Maria Ferreira Teixeira.
João Soares Pinto Montenegro.
Joaquim Eduardo Gomes.
José Alberto Puig dos Santos Costa.
José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
José Ângelo Ferreira Correia.
José António Coito Pita.
José Assunção Marques.

José Augusto Ferreira de Campos.
José Augusto Santos Silva Marques.
José Francisco Amaral.
José Guilherme Pereira Coelho dos Reis.
José Júlio Vieira Mesquita.
José Lapa Pessoa Paiva.
José Leite Machado.
José Luís Campos Vieira de Castro.
José Manuel da Silva Torres.
José Mário Lemos Damião.
José de Vargas Bulcão.
Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.
Luís António Damásio Capoulas.
Luís António Martins.
Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.
Luís Filipe Meneses Lopes.
Luís Manuel Costa Geraldes.
Luís Manuel Neves Rodrigues.
Luís da Silva Carvalho.
Manuel Albino Casimiro de Almeida.
Manuel António Sá Fernandes.
Manuel Coelho dos Santos.
Manuel Ferreira Martins.
Manuel João Vaz Freixo.
Manuel Joaquim Batista Cardoso.
Manuel Joaquim Dias Loureiro.
Manuel Maria Moreira.
Margarida Borges de Carvalho.
Maria da Conceição U. de Castro Pereira.
Maria Luísa Lourenço Ferreira.
Maria Manuela Aguiar Moreira.
Maria Natalina Pessoa Milhano Pintão.
Mary Patrícia Pinheiro Correia e Lança.
Mário Ferreira Bastos Raposo.
Mário Jorge Belo Maciel.
Mário Júlio Montalvão Machado.
Mário de Oliveira Mendes dos Santos.
Mateus Manuel Lopes de Brito.
Miguel Bento M. da C. de Macedo e Silva.
Miguel Fernando C. de Miranda Relvas.
Nuno Francisco F. Deleure Alvim de Matos.
Nuno Miguel S. Ferreira Silvestre.
Paulo Manuel Pacheco Silveira.
Pedro Domingos de S. e Holstein Campilho.
Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
Rosa Maria Ferreira Tomé e Costa.
Rui Alberto Limpio Salvada.
Valdemar Cardoso Alves.
Vasco Francisco Aguiar Miguel.
Virgílio de Oliveira Carneiro.
Vítor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Afonso Sequeira Abrantes.
Alberto Arons Braga de Carvalho.
Alberto Manuel Avelino.
António Carlos Ribeiro Campos.
António Manuel C. Ferreira Vitorino.
António Manuel Oliveira Guterres.
António Miguel Moraes Barreto.
António Poppe Lopes Cardoso.
Carlos Cardoso Lage.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Elisa Maria Ramos Damião Vieira.
Fernando Ribeiro Moniz.
Francisco Fernando Osório Gomes.

Helena de Melo Torres Marques.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Cardona Gomes Cravinho.
 João Rosado Correia.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 Jorge Lacão Costa.
 José Apolinário Nunes Portada.
 José Barbosa Mota.
 José Ernesto Figueira dos Reis.
 José Florêncio B. Castel Branco.
 José Manuel Lelo Ribeiro de Almeida.
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.
 José Vera Jardim.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Luís Geordano dos Santos Covas.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Maria Helena do R. da C. Salema Roseta.
 Maria Teresa Santa Clara Gomes.
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Raul Manuel Bordalo Junqueiro.
 Ricardo Manuel Rodrigues Barros.
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favas Brasileiro.
 Álvaro Manuel Balseiro Amaro.
 António José Monteiro Vidigal Amaro.
 António da Silva Mota.
 Apolónia Maria Pereira Teixeira.
 Cláudio José dos Santos Percheiro.
 Fernando Manuel Conceição Gomes.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João António Gonçalves do Amaral.
 Jorge Manuel Abreu Lemos.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel Santos Magalhães.
 Luís Manuel Loureiro Roque.
 Manuel Anastácio Filipe.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Maria de Lurdes Dias Hespanhol.
 Maria Odete Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Rogério Paulo S. de Sousa Moreira.

Partido Renovador Democrático (PRD):

António Alves Marques Júnior.
 Hermínio Paiva Fernandes Martinho.
 Isabel Maria Costa Ferreira Espada.
 José da Silva Lopes.
 Rui José dos Santos Silva.

Centro Democrático Social (CDS):

Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):

Maria Amélia do Carmo Mota Santos.

Agrupamento Intervenção Democrática (ID):

João Cerveira Corregedor da Fonseca.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai anunciar os diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (Daniel Bastos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Deram entrada na Mesa os projectos de lei n.º 237/V, da iniciativa do Sr. Deputado Alberto Avelino e outros, do PS, sobre o regime aplicável ao exercício do mandato dos membros das juntas de freguesia, que foi admitido e baixou à 10.ª Comissão, e 238/V, da iniciativa do Sr. Deputado Narana Coissoró e outros, do CDS, sobre a criação da freguesia de Covão do Coelho-Vale Alto, no concelho de Alcanena.

Deram ainda entrada na Mesa as propostas de lei n.ºs 54/V, que autoriza o Governo a transformar a Associação dos Arquitectos Portugueses em associação pública e aprovar os respectivos estatutos, que foi admitida e baixou à 1.ª Comissão, e 55/V, que exclui da incidência do imposto do selo a que se refere o artigo 28.º da respectiva tabela as apostas mútuas desportivas do totobola, que foi admitida e baixou à 5.ª Comissão.

Deu finalmente entrada na Mesa a proposta de resolução n.º 5/V, do Governo, que aprova para ratificação a convenção que estabeleceu a organização europeia para a exploração de satélites metereológicos concluída em Genebra a 24 de Maio de 1983, que foi admitida e baixou à 8.ª Comissão.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, como é do vosso conhecimento, o período da ordem do dia de hoje é preenchido com perguntas ao Governo.

Para formular uma pergunta oral ao Governo sobre demolições na Fonte da Telha, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Maciel.

O Sr. Mário Maciel (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: No pressuposto fundamental de que qualquer governo é uma pessoa de bem, vou utilizar o dispositivo regimental da pergunta ao Governo para esclarecer neste órgão de soberania um assunto que tem atraído as atenções da opinião pública portuguesa, que neste momento, na minha opinião, está confundida, ora por tomadas de posição patéticas, ora por notícias que carecem de confirmação.

Trata-se das demolições de casas clandestinas na Fonte da Telha, assunto que não pode, evidentemente, ser alheio a esta Câmara, até porque nela existem petições sobre as quais ela terá de se pronunciar.

Parto do princípio que nenhuma pessoa de bom senso, seja de que partido for, defenderá a ocupação ilegal do domínio público marinho ou a construção de demais edificações clandestinas para gozo e proveito de algumas pessoas em detrimento do objectivo fundamental da Carta Europeia do Litoral, que visa torná-lo um espaço ecologicamente desobstruído, equilibrado e que permita uma zona de lazer e bem-estar às populações em geral. Daí que este e o anterior governo tenham tomado iniciativas que devem ser consideradas corajosas — a palavra é essa, corajosa — para corrigir erros passados e que a incúria e o compadrio explicam.

Mas pairam no ar, quiçá especulativamente, algumas acusações de falta de limpidez no processo de demolição na Fonte da Telha que urgem ser esclarecidas na

sede própria — a Assembleia da República — pela entidade competente, que é a Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais.

Por isso mesmo, gostaria de questionar o Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais sobre diversos aspectos desta matéria.

Assim, prevê-se ou não a implementação de projectos turísticos, quaisquer que sejam, nas zonas que foram desobstruídas? A documentação que alguns moradores dizem ter em seu poder tem alguma força legal para obstar à remoção das suas instalações?

Considerando que 90% das casas clandestinas são segunda habitação, os moradores que fiquem sem qualquer casa serão realojados?

Finalmente, tem havido ou não diálogo efectivo entre a administração central e os moradores dessa zona?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais.

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais (Macário Correia): — Sr. Deputado Mário Maciel, quanto a esta matéria aquilo que se me oferece dizer é o seguinte: penso que não haverá uma grande confusão na opinião pública a este respeito porque os assuntos têm sido clarificados. De qualquer modo, essa confusão que possa persistir cabe-me a mim, em primeiro lugar, nesta Câmara, precisar com clarividência.

Devo dizer que este assunto da Fonte da Telha é o décimo processo de demolições que se faz no litoral do País e não é muito diferente dos anteriores. Tem apenas uma pequena particularidade, que é a de que parte desse terreno é de posse privada. Mas importa clarificar o que é que essa posse privada significa e o que é que se pode fazer nesse espaço.

Há um processo de loteamento que é ilegal, não há qualquer plano de urbanização aprovado, não há qualquer plano de infra-estruturas, não há qualquer projeto aprovado, não há licença de construção, não há licença de habitação, não há esgotos em condições, não há um conjunto de infra-estruturas, mas sim um labirinto urbanístico, se é que isso se pode assim apelidar. Tudo isso assenta em condições técnicas muito más, assenta sobre um cordão de areias que por definição é instável e que, naturalmente, põe em risco a saúde e a segurança daqueles que utilizam essas construções ilegais.

Há 800 casas com fossas e com captações de água ao lado dessas fossas, o que, de facto, origina problemas de saúde pública, para além de questões de segurança dessas mesmas construções sobre uma estabilidade naturalmente precária. É isso o que acontece e a ilegalidade é manifesta ao longo destes vários *itens* que referi.

Mas há um outro aspecto que importa clarificar: algumas das pessoas que construíram ilegalmente na Fonte da Telha têm três documentos de entidades oficiais. Quais são esses documentos? Têm um primeiro documento que prova que fizeram uma escritura no notário em que adquiriram uns metros quadrados de uma área, mas nem sequer podem precisar onde é a área que eventualmente compraram. Tenho photocópias de to-

das essas escrituras, como é conhecido, donde consta que têm 100m², 200m² de uma dada parcela de terreno rústico para cultura arvense, cereais ou pastagens num dado sítio, mas não sabem se é aqui ou se é acolá. Posso concluir que se associaram umas dezenas de pessoas para comprar um terreno rústico onde poderão cultivar cereais ou pastagens, o que é perfeitamente legal.

Depois têm documentos da Câmara Municipal pedindo-lhe documentos ou passando multas. Trata-se de um documento de uma entidade oficial que pede documentos — e é esse o melhor documento que têm —, não legaliza coisa nenhuma ou então passa multas, e os papéis atestam pelas multas a ilegalidade. É apenas isso!

A terceira questão é que têm documentos da repartição de finanças a comprovar que pagaram contribuição. Desde há muito tempo que ando a estudar, em detalhe, essa matéria, dado que de há dois anos a esta parte que estou envolvido desde o princípio no processo das demolições, por força das diferentes funções que exercei nos últimos tempos.

No sistema jurídico português, como em quase todos os sistemas jurídicos, há uma destriña clara entre o direito fiscal e a legalidade sobre a qual assentam essas actividades que são tributadas. E, segundo os diferentes pareceres que tenho aqui — e que naturalmente poderei exhibir —, o direito fiscal tributa situações de facto e não situações jurídicas e, portanto, é possível que haja uma cobrança tributária sobre actividades não legais. De resto, é isso que é corrente em muitas administrações fiscais de quase todos os países da Europa. Portanto, o facto de haver o pagamento de uma contribuição predial urbana não significa que essa construção seja legal.

Portanto, esses três tipos de documentos não dão direito a que se considerem legais essas construções.

Põe-se a questão perante aquela situação. Havia três hipóteses possíveis: limpar — é o que se está a fazer —, deixar estar como está ou recuperar. A recuperação considera-se tecnicamente impossível e com custos superiores àquilo que naturalmente estamos a fazer, que é limpar e implantar naquela área infra-estruturas de uso colectivo, balneários, parques de merenda, parques de campismo, etc. Deixar estar como está era inadmissível porque trata-se de um espaço que tem aptidão pública, nalguma área é domínio público marítimo, que é de todos nós e que temos o direito a ir lá.

Na verdade, aquele espaço que neste momento é ilegalmente usado por 800 portugueses pode ser utilizado por 8000 em muitas melhores condições. É isso que nós estamos a fazer! Tenho aqui um *dossier*, que já distribuí a alguns grupos parlamentares e que distribuirei aos restantes e aos representantes da imprensa, no sentido de clarificar essa confusão que pode restar nesse processo, conforme o Sr. Deputado Mário Maciel referiu.

Há muitos aspectos que ainda se poderão aduzir àquilo que eu disse no que toca ao diálogo. Devo dizer que nos dez processos em que estive envolvido dialoguei sempre com todas as comissões de moradores, de utentes, com proprietários — como eles se auto-intitulam — e em relação ao processo da Fonte da Telha aconteceu o mesmo. Tive várias reuniões com eles até à véspera do dia em que se iniciaram as demolições. Aliás, devo dizer que há casos curiosos: por exemplo, há poucos dias em diálogo com a comissão

protectora das barracas, a intitulada «CPB da Marinha Grande», chegámos a um perfeito entendimento e a verdade é que eles próprios vão fazer a demolição voluntária a partir do dia 30 de Setembro, consoante um documento que me dirigiram. Esta é a prova de que há diálogo. Srs. Deputados se há alguém a quem custe fazer demolições é ao Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, que preferia não as fazer.

Aplausos do PSD.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (António Capucho): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, utilizo a figura regimental de interpelação à Mesa, mas, no fundo, pretendo dirigir-me ao Partido Comunista Português e ao Sr. Deputado João Amaral.

A questão solicitada pelo Partido Comunista Português através do Sr. Deputado João Amaral relacionava-se genericamente com pensões. Confesso que, quer da minha parte, quer da parte do Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social — que só regressou da República Popular de Moçambique na quarta-feira à noite — apenas ontem ao fim da tarde foi detectado que a matéria não respeitava ao Ministério do Emprego e da Segurança Social, mas a uma área delegada no Sr. Secretário de Estado do Orçamento. Porém, não foi possível fazer a substituição, já que o Sr. Secretário de Estado do Orçamento se ausentou para o Porto, sendo inadiável essa deslocação pelo que lamento muito dizer, pedindo desculpas ao Partido Comunista Português e ao Sr. Deputado João Amaral, que por estas razões não é possível responder à pergunta que pretendem colocar, nem aquela hora foi possível a substituição.

Em face disto, e para reparar esta situação, várias hipóteses se levantam: uma delas pode ser no sentido de o Sr. Deputado João Amaral formular a pergunta, que ficará registada e nós responderímos por escrito ou, eventualmente, poder-se-ia adiar esta pergunta — não direi para a outra sessão de perguntas ao Governo já que a próxima tem lugar, creio eu, dentro de três semanas — para uma sessão de perguntas ao Governo, se for entendido conveniente. Era esta a sugestão que queria deixar à Mesa, renovando os pedidos de desculpa ao Sr. Deputado João Amaral e ao Partido Comunista Português.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, a Mesa já estava informada desse facto. Porém, na sequência da interpelação que foi feita, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares já me tinha informado pessoalmente do lapso, que, aliás, era evidente.

Estas pensões em relação às quais fazia a pergunta são as chamadas pensões por relevantes serviços prestados à Pátria ou por relevantes actos em defesa da liberdade e da democracia. Referem-se, portanto, a um conjunto de despachos que foram emitidos e que atri-

buíram essa pensão a mais de meia centena de cidadãos. Face à situação criada — e admitindo o lapso que houve —, faço uma proposta em relação à qual já consultei várias bancadas e sobre a qual parece haver acordo, que é no sentido de que a pergunta transisse desta sessão para a próxima sessão plenária de terça-feira.

Por outro lado, dado que é útil que o Sr. Secretário de Estado conheça a sua localização temporal desta pergunta, sugiro que ela seja feita imediatamente no termo do período de antes da ordem do dia e antes de se iniciar a matéria agendada para a ordem do dia de terça-feira.

Havendo acordo com esta sugestão, parece-me que o incidente — que não existe propriamente como incidente — ficaria sanado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, é apenas para referir que da parte do Governo não há nenhum inconveniente nesta solução apontada pelo Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — A informação de que a Mesa dispunha era a de que havia acordo generalizado e, portanto, assim se fará.

A Sr.ª Helena Roseta (Indep.): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª Helena Roseta (Indep.): — Sr. Presidente, na anterior sessão de perguntas ao Governo e antes de começarem as demolições na Fonte da Telha, tinha agendado uma pergunta sobre essa matéria, que não foi seleccionada e, como tal, não foi respondida.

Verifico que para a sessão de hoje está agendada a mesma matéria, que, aliás, já foi respondida a pedido de um deputado do PSD. Por outro lado, esta manhã na rádio informaram que o Sr. Secretário de Estado do Ambiente iria responder à pergunta que eu tinha formulado sobre a Fonte da Telha.

Portanto, tendo feito uma pergunta sobre uma matéria antes de ocorrerem os factos, essa pergunta não foi respondida; outro senhor do partido do Governo fez uma pergunta sobre a mesma matéria e é respondida. Tendo isto em conta, a minha interpelação é no sentido de saber se a minha pergunta ficou no ar, visto a rádio ter dito que me estão a responder, ou quando é que o Governo responderá às perguntas que já aqui formulei em intervenção de antes da ordem do dia.

O Sr. Presidente: — Sr.ª Deputada, não fez exactamente uma interpelação à Mesa.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares pediu a palavra para que efectue?

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, exactamente para o mesmo efeito da Sr.ª Deputada Helena Roseta.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, de facto a Sr.^a Deputada fez uma pergunta ao Governo que teria lugar na sessão precedente, como foi referido, mas, como o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território e o Sr. Secretário de Estado do Ambiente estavam ausentes de Lisboa nessa data, não houve nenhuma possibilidade de responderem.

Se a questão é como põe, o Governo não tem nenhuma dificuldade em incluir hoje uma pergunta adicional do Partido Socialista, em que V. Ex.^a pode fazer as perguntas que entender ao Sr. Secretário de Estado sobre a Fonte da Telha.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Roseta.

A Sr.^a Helena Roseta (Indep.): — Se a Mesa aceitar esta sugestão, arremato imediatamente, porque tenho, efectivamente, interesse em fazer perguntas ao Sr. Secretário de Estado, aqui presente, sobre a questão da Fonte da Telha.

O Sr. Presidente: — Atendendo a que uma das perguntas foi deferida para terça-feira e atendendo à posição da parte do Governo, que teria de dar o acordo à questão das perguntas feitas pelos Srs. Deputados, faça favor, Sr.^a Deputada Helena Roseta, de formular a pergunta.

A Sr.^a Helena Roseta (Indep.): — Sr. Presidente, quando cheguei, o Sr. Secretário de Estado tinha acabado de falar e não sei exactamente qual foi o teor da resposta que ele deu à pergunta formulada pelo deputado dos Açores.

Protestos do PSD.

Seja como for, a minha pergunta é muito simples: qual é a urgência que o Governo teve em promover as demolições da Fonte da Telha, sem estar publicado em *Diário da República* o plano, ao que parece aprovado pelas entidades interessadas, para a Fonte da Telha?

Qual é a urgência em promover as demolições da Fonte da Telha sem que a população da Fonte da Telha tenha sido formalmente ouvida em matéria referente a esse plano, a não ser já na fase final e com a ameaça das *bulldozers* em cima?

Entretanto, um dos assistentes presente na galeria aplaudiu, tendo sido evacuado.

Pausa.

Qual é a urgência em promover as demolições na Fonte da Telha, quando nós sabemos que nos últimos dez anos em Portugal 20% do que foi construído o foi sem licença, por incompetência da administração central e da administração local, que não foram capazes de pôr à disposição das pessoas terrenos acessíveis e projectos rapidamente aprováveis?

Qual é a urgência em tornar a Fonte da Telha num caso exemplar, quando antes de ser exemplar o que se passa na Fonte da Telha é exemplar que haja inúmeros

loteadores clandestinos a fazer enormes negócios como aquele que foi feito no loteamento da Fonte da Telha e que nada aconteça a esses loteadores?

Qual é a urgência em fazer as demolições na Fonte da Telha, quando, em matéria de construção habitacional, o Governo acaba de tornar público que para o RECRIA, que será necessário para a recuperação do património português, são apenas mobilizados este ano meio milhão de contos? É evidente que estou a falar de verbas do Orçamento do Estado, não estou a referir verbas nem a nível bancário nem a nível dos orçamentos municipais.

Qual é a urgência, finalmente, em fazer as demolições na Fonte da Telha enquanto não se fazem casas de habitação social, enquanto não são cumpridas as promessas que o Governo fez, na sua campanha eleitoral, de construir 12 000 fogos em Lisboa, 10 000 fogos no Porto e mais uns quantos milhares de fogos no País?

Qual é a urgência, meus senhores, em atacar primeiro os pequenos e deixar os grandes à solta, qual é a urgência em fazer tudo isto e não acontecer nada aos senhores, como os do CNET e outros, que, esses sim, é que fizeram o seu negócio com os loteamentos da Fonte da Telha?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais.

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais: — Sr. Presidente e Srs. Deputados: É com muito prazer que o Secretário de Estado responde a essa questão adicional e a todas as outras que lhe queiram fazer, porque nunca se recusou ao diálogo com ninguém, atendeu todas as comissões de moradores, de utentes e de co-proprietários que sobre essa matéria quiseram falar com ele e, mesmo a título individual e ao telefone, ninguém deixou de dar uma explicação sobre esse facto.

Em relação à matéria que a Sr.^a Deputada acabou de referir, poderei talvez dizer-lhe que há uma certa demagogia na ligação de dois fenómenos perfeitamente diferentes, que são os clandestinos ilegais de segunda habitação em locais de aptidão pública e os clandestinos de primeira habitação de classes sociais desfavorecidas em áreas periurbanas. São situações perfeitamente distintas e que têm de ser vistas com ligeira diferença. Caso contrário, estamos a falar de coisas que não têm qualquer semelhança.

E, em relação à Fonte da Telha, cabe-me a mim aqui dizer — naturalmente que vou afirmá-la — qual é a urgência. Perante 800 construções ilegais, durante anos a fio, numa praia de aptidão pública e perante um Verão que se aproxima, em que toda a população de Almada, de Setúbal e de Lisboa tem direito a ter praias em condições, o Governo não podia adiar uma decisão que já vinha sendo, nos seus contornos, prevista há muito tempo e essa decisão tinha de ser tomada agora, não no Verão, em Agosto ou em Julho, com pessoas ali à volta, com cidadãos de Lisboa ou de Almada, que nada têm a ver com aquilo, que têm de andar no meio das máquinas, no meio da poeira e no meio do trabalho.

Tinha de ser feita agora, na Primavera, antes de o Verão chegar, para que nessa altura todos tenham condições para ter praias naturalmente limpas, saudáveis e com água potável. E é isso que nós estamos a fazer, é essa a razão da urgência e não outra qualquer.

Em relação ao facto de haver ali um loteador ilegal, esse loteador não ficará esquecido, não ficará impune. O Ministério Público está já a ser alertado para essa situação, o meu gabinete está a preparar toda essa documentação e, obviamente, que se alguém é culpado desta situação é em primeiro lugar esse loteador clandestino que, naturalmente, será objecto — consoante já tive ocasião de conversar com a Sr.ª Deputada — das acções legais que são adequadas a estas circunstâncias.

A urgência é esta, e é a mesma urgência com que se trabalhou na Arrábida, com que se trabalhou na ria Formosa, na lagoa de Albufeira e a mesma urgência com que se vai trabalhar em outras áreas do País. O litoral é de todos, as praias são de todos, o domínio público marítimo é para respeitar e ninguém tem o direito de ocupar ilegalmente um espaço dessa natureza, construindo a torto e a direito, sem regras e sem legalização.

É essa a urgência que nos assiste e esse direito incumbe, naturalmente, ao Estado, de bem servir, de prestar um serviço público às populações que têm claramente esse direito. Se não o fizéssemos agora, estavamo a perpetuar e a ser coniventes com ilegalidades, coisa que já outros governos anteriores fizeram e coisa que foi feita por algumas outras entidades.

Desde o último governo e neste próprio, subscrevemos editais e apoiámos a demolição de 3400 construções ilegais em praias públicas e com isso devolvemos aos cidadãos portugueses 15 km de praias limpas e centenas de hectares de praias em condições. Estamos a construir parques de campismo, parques de estacionamento, parques de merendas, balneários, acessos a praias. É disso que os Portugueses precisam e não construções ilegais conspurcadas sobre praias públicas.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Roseta.

A Sr.ª Helena Roseta (Indep.): — Sr. Presidente, o Sr. Secretário de Estado fala em demagogia, mas há aqui um equívoco fundamental. Uma coisa são as demolições de habitações, secundárias ou não, em domínio público marítimo, outra coisa são as demolições de habitações em terrenos particulares.

O que os senhores acabam de fazer é a demolição de habitações em terrenos particulares. É evidente que essas habitações não tinham licença, já aqui falámos sobre isso, mas também é evidente que há outras soluções que a lei prevê para resolver este tipo de problemas sem ter tanta pressa em usar o *bulldozer*. Essa é que é a minha palavra de protesto e o esclarecimento que peço é este: como é que se explica que o Sr. Secretário de Estado esteja tão empenhado — e acredo que esteja — em devolver praias limpas à população portuguesa e o seu Governo esteja tão pouco empenhado em resolver problemas do saneamento das praias, designadamente da Costa do Estoril, que acaba por ver adiado por cinco anos o pagamento de dinheiros fundamentais para a realização das suas obras?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais.

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais: — Srs. Deputados, o exemplo que a Sr.ª Deputada escolheu da Costa do Estoril vem a propósito. O Governo, ao contrário do que durante muitos anos aconteceu, pegou nas obras da Costa do Estoril e vai gastar 10 milhões de contos nos próximos quatro anos nas praias da Costa do Estoril.

Já este ano haverá uma melhoria e daqui a três anos não haverá restrições ao uso das praias da Costa do Estoril. O exemplo que escolheu — cabe-me a mim clarificá-lo — é esse; desde há um ano atrás que as obras estão em curso, estão a correr de acordo com o calendário previsto. Quem passa na marginal pode ver essas obras, vê o canal condutor já em construção, vê as tubagens em construção junto a Algés e sabe que daqui a três anos os 10 milhões de contos que ali vamos investir devolvem 20 km de praia aos portugueses em boas condições na Costa do Estoril. É isso que estamos a fazer e que vem em perfeita sintonia e coerência com aquilo que disse em relação à Fonte da Telha.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta oral sobre a despoluição do rio Alviela, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria Santos.

A Sr.ª Maria Santos (Os Verdes): — Sr. Secretário de Estado, afirmou o Ministro do Planeamento e da Administração do Território no dia 4 de Fevereiro, quando da inauguração da ETAR de Alcanena, o seguinte: «A minha visita de hoje a Alcanena tem como fito principal sublinhar o facto de termos sido capazes de despoluir um rio.»

A minha primeira pergunta, Sr. Secretário de Estado, é muito simples: conhece V. Ex.ª o rio que o Sr. Ministro disse estar despoluído? O Alviela não é, certeza. Se não vejamos que à data da inauguração da ETAR das cerca de 200 indústrias de curtumes existentes na zona apenas três unidades industriais tinham os seus sistemas de pré-tratamento a funcionar e, neste momento, são apenas onze as que possuem estações de pré-tratamento, correspondendo a 37,2% do caudal máximo diário que corre para a estação de tratamento.

Estas são, quanto a nós, acções muito insignificantes para obstar a um processo de degradação que, como sabe, se vem arrastando há décadas.

Por outro lado, quando o Sr. Ministro afirma que foi despoluído um rio, nós, com base na própria realidade, dizemos que se despoluiu apenas uma gota de água, que se lança diariamente para um rio que continua poluído. É que a situação existente no Alviela tem de ser encarada de um ponto de vista global, como V. Ex.ª sabe. Ou seja, para despoluir o Alviela é preciso atacar todos os focos de poluição existentes na sua bacia e, mais uma vez e quanto a nós, fica patente a ineeficácia de medidas avulsas.

O Sr. Secretário de Estado sabe tão bem como eu que é necessário tratar esta situação numa perspectiva global e abrangente, atacando todas as suas compo-

nentes. Isto não está a ser feito e nós dizemos por que é que não está a ser feito. Onde é que são colocadas as 50 t diárias de resíduos sólidos, mais conhecidos por raspas, e que contaminam os solos, a água e o próprio ar se forem incinerados?

Não acha que é grave, na perspectiva de seleção que o Governo fez deste caso pioneiro, iniciar-se uma estação de tratamento que funciona apenas a um terço e dizer-se que o rio está despoluído quando, entretanto, não são acionados paralelamente outros mecanismos, por exemplo, da criação do aterro sanitário necessário para as lamas?

A Alviela, como sabe, não resolve neste momento o problema e como também sabe a situação interna da própria empresa apresenta-se com um futuro pouco risponho para a sua própria existência.

Ora, diria finalmente que a inauguração de uma ETAR não pode levar um ministro, não pode levar nenhum membro do Governo, a dizer que um rio está despoluído, porque não está mesmo despoluído o rio Alviela e, nesse sentido, não satisfaz as legítimas reivindicações das populações.

Por outro lado, a ideia que se vende hoje de tentar reencontrar o tal tesouro escondido no rio, divulgada em muitos jornais, é também um aliciante demagógico e emblemático que não corresponde de facto à realidade.

Portanto, e concluindo, com todas estas questões por resolver V. Ex.^a e o próprio Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território terão que admitir publicamente que o rio Alviela não está despoluído. A própria realidade — e nós tivemos oportunidade de nos deslocarmos ao rio Alviela, não eu, mas o meu colega Herculano Pombo — demonstra que num caso pioneiro, que o próprio Governo realçou para poder vir a aplicar noutras situações, se prova à evidência que uma ETAR que apenas está neste momento a um terço de sua laboração não é suficiente se não forem atacados os outros focos de poluição. Falta o aterro sanitário, por um lado, e com a resolução das raspas que proliferam nas serras de Aire e Candeeiros.

O que é que pensa sobre isto? O rio Alviela não está mesmo despoluído, pois não? Aquilo foi uma brincadeira do Sr. Ministro, não foi?

O Sr. Presidente: — Antes de dar a palavra ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais para responder quero anunciar que se encontram a assistir à sessão alunos do Externato Europa, de Cascais, da Escola Secundária de Santa Maria Maior, de Viana do Castelo, da Escola Secundária da Ramada, de Odivelas, e da Escola Secundária de Patrício Prazeres, de Lisboa, acompanhados dos respectivos professores.

Aplausos gerais.

Tem V. Ex.^a a palavra, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais: — Srs. Deputados, quando ministros e secretários de Estado inauguram equipamentos inovadores não estão a brincar.

A despoluição do rio Alviela, como tudo, tem de começar pelo princípio: o rio começa por estar poluído, depois reúnem-se condições para que se inicie a sua despoluição e progressivamente ela vai sendo feita. Esta-

mos nesse caminho, mas certamente que nem sempre o ritmo a que as coisas se processam é o que desejamos. De qualquer modo, penso que estamos no bom caminho.

Importa agora que esclareça, com factos e números, aquilo que a Sr.^a Deputada Maria Santos me solicitou.

No dia 4 de Fevereiro, eu e o Sr. Ministro estivemos, com efeito, em Alcanena, a inaugurar uma estação de tratamento de águas residuais, que durante dez anos esteve por acabar por dificuldades de vária ordem, que não quero aqui comentar. Nenhum dos governos anteriores conseguiu que a sua construção fosse concluída, mas de há um ano e meio a esta parte as coisas tomaram outro caminho, até que, em Fevereiro deste ano, foi possível pôr aquela estação a funcionar. Nessa altura ainda estavam poucos empresários ligados ao sistema, mas muitos mais encontravam-se em condições para isso. Nos últimos dois meses — tempo que decorreu entre o dia 4 de Fevereiro e hoje —, ligaram-se muitos mais empresários. Com efeito, na altura apenas estavam ligados ao sistema três empresários e hoje já estão quinze, o que significa que hoje 50% do caudal global dos efluentes das fábricas de curtumes de Alcanena passa por aquela estação de tratamento.

Hoje, dia 6 de Maio, temos já aprovados 90% dos projectos de ligação àquela estação de tratamento, o que representa cerca de 85 unidades industriais das 120 existentes. A ligação destas 85 unidades industriais à estação de tratamento perfaz 90% do caudal global, pelo que, dentro de meses, por alturas de Setembro, 90% do caudal estará já a ser canalizado para aquela estação de tratamento de águas residuais.

Esperamos que no princípio no próximo ano possamos dar um salto em frente, no sentido de que a quase totalidade do caudal dos efluentes das fábricas passe pela estação de tratamento. Neste momento, metade do caudal total está já a ser tratado.

De qualquer modo, o rio Alviela tem material acumulado desde há 20 ou 30 anos e, portanto, só depois de passados dois ou três Invernos, depois de passar muito caudal de água em melhores condições, é que se poderá verificar um efeito de despoluição considerável do rio.

Mas tudo começa pelo princípio, e ali também. As coisas estão a caminhar bem e daqui a algum tempo os resultados serão claramente visíveis no terreno.

Quanto à situação das raspas, ela está neste momento a ser tratada com muita equidade e ainda há poucos dias tive uma reunião com a autarquia e com técnicos do sector. A solução está encontrada em termos técnicos: será um misto de aterro e de incineração, e estamos já em condições de lançar o concurso para esse efeito.

De resto, na semana passada abri um concurso para resolver outra questão, que a Sr.^a Deputada não referiu, que é da estação de desidratação, dado que os leitos de secagem existentes à data da inauguração não eram, naturalmente, suficientes. Neste momento já está aberto esse concurso e daqui a algum tempo abrir-se-á outro, para além de que se está a proceder a um conjunto de ligações.

Portanto, o Alviela não é um rio despoluído, mas a sua despoluição está a ser feita progressivamente. Ainda é um rio poluído, mas deixará de o ser daqui a algum tempo.

Tudo começa pelo princípio e a despoluição do rio Alviela também. É esse o nosso caminho.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Santos.

A Sr.^a Maria Santos (Os Verdes): — O Sr. Secretário de Estado respondeu o que eu queria ouvir, ou seja, que o rio Alviela, de facto, não está despoluído. Existe, pois, uma contradição entre as suas declarações e as do Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território. É evidente que num processo de despoluição de uma situação tão gravosa e em crise há décadas — já que, desde 1957, as populações se queixam —, o rio não podia estar já despoluído. Obviamente que o Sr. Ministro «embandeirou em arco» numa situação que ainda vai levar muito tempo a resolver.

No que diz respeito à questão das raspas, V. Ex.^a falou do aterro, mas se quer atacar o problema de uma maneira global tem de ter em conta a questão da necessidade de uma legislação adequada para obstar àquelas situações de muitos industriais que ainda não têm a sua situação regularizada.

Mas, porque tenho algumas dúvidas, gostaria de lhe perguntar o seguinte: estivemos lá no dia 28 e, nessa altura, apenas um terço, ou seja, cerca de 30 empresas estavam ligadas. Então neste momento, desde o dia 28 até hoje, já passaram a ser 50%?

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais: — São 50%, Sr.^a Deputada!

A Oradora: — Ah, são 50%! Mas isso foi só desde o dia 28 até agora, não é verdade?

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais: — Exacto!

A Oradora: — De qualquer modo, penso que vale a pena dizer que, sendo uma situação pioneira, há aqui uma contradição. O processo de despoluição do rio Alviela não está resolvido, pelo que temos aqui a prova provada de que a solução encontrada para o problema, em face das palavras proferidas pelo Sr. Ministro, falhou!

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais: — Não, não!

A Oradora: — Falhou, sim, Sr. Secretário de Estado! É que não podemos, demagógica e politicamente, dizer que o rio está despoluído no próprio dia em que a estação de tratamento é inaugurada, quando na prática isso não é verdade! O que tem de ser dito é que foi estabelecido um determinado programa, que tem de envolver uma série de situações, no sentido de resolver os focos de poluição existentes. E eles são vários: é o problema do aterro sanitário, é o problema de tecnicamente se definir a questão da permeabilização ou não permeabilização, é o problema das raspas, que neste momento é extremamente gravoso, porque existem empresas do Norte do País que, durante a noite, transportam as suas raspas para as serras de Aire e dos

Candeeiros. Ora isto não pode ficar impune e não se pode afirmar que se faz uma determinada coisa quando os outros focos de poluição continuam a existir.

Tivemos o cuidado de, no dia 28, contactar com as populações, com técnicos dos seus serviços, com a associação dos industriais e com a autarquia e, quer o Sr. Secretário de Estado queira ou não — se calhar as informações que lhe dão são de carácter eminentemente positivo, mas V. Ex.^a tem é de ir lá, como nós fomos —, há uma certa perturbação por parte de todas estas entidades quanto à resolução deste problema.

Por outro lado, uma boa política prova-se pelos seus resultados e neste momento, quer V. Ex.^a queira quer não, as provas que temos não são provas evidentes da resolução do problema. Aliás, o Sr. Secretário de Estado contradisse aquilo que o Sr. Ministro afirmou.

O que queremos, Sr. Secretário de Estado, é a prova provada de que a solução encontrada não falhou e continuaremos a dizer que o problema do Alviela não está resolvido enquanto ele não estiver, de facto, resolvido. Não queremos exclusivamente reencontrar os tais tesouros que estão no Alviela; queremos, sim, que as reivindicações das populações sejam resolvidas de uma vez por todas — e desde 1957 que elas têm vindo a ser feitas — e que o problema seja resolvido globalmente, para que possa ser, realmente, o tal caso pioneiro que VV. Ex.^{as} destacaram.

Mas há, de facto, aqui uma contradição! Não nos demitiremos, nós, Os Verdes, de continuar a reivindicar a despoluição do Alviela!

Uma voz do PSD: — Estão muito contentes com isso!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais.

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais: — Penso que tanto a Sr.^a Deputada como eu temos o mesmo objectivo: despoluir o rio Alviela. Nesta matéria estamos inteiramente de acordo.

No entanto, devo dizer-lhe que não há nenhum deputado, ministro ou secretário de Estado que acrede que no exacto momento em que se pressiona um botão se despolui um rio. Se fosse assim, cada um dos 250 deputados, dos ministros e dos secretários de Estado ia para o seu rio e no próximo fim-de-semana o problema da poluição ficava resolvido.

O que o Sr. Ministro disse foi que a partir daquele dia estavam criadas as condições para se começar a despoluir o rio, e é isso que se está a verificar.

Devo dizer que, desde que há oito meses sou Secretário de Estado, já estive duas vezes de calças arregadas à volta do rio Alviela. Não conheço o rio Alviela da Rua do Século, em Lisboa.

Digo-lhe mais: a situação do rio Alviela que a Sr.^a Deputada conheceu no dia em que lá foi é bastante diferente daquela que teria conhecido à seis meses ou um ano atrás se lá tivesse ido. Certamente que as pessoas também lhe devem ter feito esse relato.

Nesta perspectiva, a Sr.^a Deputada terá de me dar razão quando digo que a situação está a melhorar progressivamente. Os números que lhe dei são seguros e claros e pode ter confiança em que a situação vai melhorar, os investimentos estão a ser feitos, o equipa-

mento de ligação está a ser montado e o rio Alviela será progressivamente despoluído. Agora, obviamente que, como lhe disse, há matéria acumulada desde há anos que não pode desaparecer num ápice; vai desaparecendo. Mas creia que se o Estado ou, melhor, todos nós gastámos ali 1 milhão de contos e os industriais estão também empenhados em gastar algum dinheiro, é porque queremos resolver a situação.

Mais: os industriais de curtumes de Alcanena não vão ficar em situação desigual em relação aos industriais de curtumes de outras zonas do País. Com efeito, há um protocolo entre a Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes e a Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente no sentido de se acordar padrões de emissão em relação ao crómio e a outros poluentes, o que vem no integral respeito das directivas e da legislação em vigor. Há, portanto, entendimento nessa matéria, com a finalidade, sobretudo, de não se gerarem distorções entre os próprios industriais, pois, de contrário, valia mais implantar a indústria noutro sítio, onde não houvesse que fazer ligações. Devo dizer-lhe que alguns industriais gastaram 8 a 10 mil contos — e pude comprová-lo — em equipamentos de despoluição, e se o fizeram é porque houve alguém que os levou a fazê-lo. Ora, certamente que isso vem ao encontro da política que Os Verdes e todos nós defendemos, isto é, despoluir o rio Alviela para que as razões da existência da CLAPA passem a ser outras, para que a população de Pernes deixe de viver aquele problema e para que, no dia 5 de Junho, as crianças de Pernes não vengam para a rua, como aconteceu no ano passado, o que me chocou e não quero voltar a ver.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta oral sobre o falecimento de dois militares do Regimento de Comandos tem a palavra o Sr. Deputado José Lelo.

O Sr. José Lelo (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro da Defesa Nacional: O PS deliberou questionar o Governo sobre o caso dos soldados falecidos em instrução no curso de comandos. Questão que se justifica, quer pela responsabilidade governamental em matéria de superintendência das Forças Armadas, quer pelo silêncio do Governo quanto a um assunto que vem alarmando a opinião pública, pela sua natureza e afirmações de, alegadamente, existirem métodos e práticas que, a serem exactos, colidem com a tradição humanista das Forças Armadas portuguesas quanto ao tratamento do seu pessoal e de forma alguma se inserem na maneira de ser do povo português.

Gostaria de sublinhar que esta iniciativa não pretende, de modo nenhum, pôr em causa a necessidade de Portugal dispor de forças especiais ou de aplicação especial. Pelo contrário, destina-se inclusivamente a contribuir para recuperar as envolventes da sua credibilidade, nomeadamente no que se refere à relação entre os jovens e o serviço militar.

O que se pretende é, assim, corresponder às múltiplas interrogações que certos relatos da comunicação social vêm suscitando no comum dos cidadãos.

O que esta diligência visa é, pois, o esclarecimento governamental sobre as medidas que eventualmente tomou face aos acontecimentos e, nomeadamente, requerer informação sobre os resultados do inquérito que está a ser elaborado no âmbito das Forças Armadas.

Caso esses resultados sejam já do conhecimento de VV. Ex.^{as}, pergunta-se igualmente se os mesmos esclarecem cabalmente a realidade dos factos e que medidas foram tomadas a fim de evitar a repetição do sucedido.

O que importará também averiguar é se se estará ou não a ultrapassar os limites físicos e psicológicos dos instruendos, com praxes que os mais credenciados responsáveis militares não se têm coibido de condenar e combater.

O que o PS — e sublinhe-se também a posição da JS em relação a esta matéria — entende ser necessário esclarecer é se o actual tipo de fichas de instrução se compatibiliza com a especificidade do quadro de missões atribuídas às tropas comandos, ou então se elas não estarão a ser cumpridas exagerada e distorcidaamente pela via do recurso a práticas que desvirtuam o sentido e o objectivo da própria instituição militar numa sociedade moderna.

O que queremos clarificar é se as provas foram objecto de um estudo médico-científico, tendo em conta o conhecimento e a experiência que sobre esta matéria outras forças especiais, designadamente em países aliados da NATO, já adquiriram e as levou a evoluir noutro sentido, nomeadamente no que se refere às provas de resistência à sede.

O que, pensamos, a presente situação já indica é a necessidade de, mais do que mera constatação dos factos, através do citado relatório, se fazer uma reflexão mais profunda sobre o problema de uma preparação militar que não tenha em conta os cenários reais de uma potencial intervenção das nossas Forças Armadas, a evolução das técnicas de instrução, mesmo em forças especiais, a circunstância de parte significativa dos recrutas comandos não ser constituída por voluntários, mas, pelo contrário, por mancebos oriundos do serviço militar obrigatório e, ainda, a transformação geral do estado de espírito dos Portugueses numa sociedade aberta, responsável, democrática e balizada pela lei e pelo Direito, onde a fronteira da dignidade humana não é posta entre parêntesis pelo arbítrio seja de quem for.

Interessará ainda avaliar em que medida certas práticas de instrução despessoalizantes e vexatórias da dignidade do soldado e do combatente se compatibilizam com a noção participada e englobante do moderno conceito de defesa nacional, ou, pelo contrário, representam excrecências lamentáveis, à luz das mais ortodoxas das éticas militares, no que respeita às noções básicas de comando e não de mando de tropas.

O Partido Socialista, obviamente, espera que, com a sua resposta, o Governo contribua para um esclarecimento da questão e enuncie as medidas que tem em vista para erradicar de futuro as situações que poderão ter estado na origem do trágico acidente ocorrido durante a instrução no Regimento de Comandos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, Sr. Ministro: No caso de estarem de acordo, penso que talvez fosse boa ideia o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca formular de imediato a sua pergunta, que versa o mesmo tema tratado pelo Sr. Deputado José Lelo, e depois o Sr. Ministro daria a resposta às duas perguntas.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Não estou de acordo!

O Sr. José Lelo (PS): — Eu também não!

O Sr. Presidente: — Como os Srs. Deputados não estão de acordo com a sugestão da Mesa tem a palavra para responder à pergunta formulada pelo Sr. Deputado José Lelo o Sr. Ministro da Defesa Nacional.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional (Eurico de Melo): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Lelo: Sobre a morte de dois soldados do Regimento de Comandos, em exercícios no campo militar de Santa Margarida, posso esclarecer, neste momento, que foi mandado instaurar um inquérito, pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, e foram feitas autópsias no Hospital de Abrantes e o médico que fez as autópsias entendeu que elas devem ser complementadas por análises levadas a cabo pelo Instituto de Medicina Legal de Lisboa. Foram ainda instaurados dois autos de corpo de delito pela Polícia Judiciária Militar de Coimbra, decorrendo, neste momento, o respectivo processo crime, sob a égide de um juiz de instrução criminal.

Para já, tenho conhecimento de alguns elementos do relatório mandado elaborar pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, mas porque ainda estão incompletos não permitem que me pronuncie sobre matéria de facto em relação a esta triste ocorrência, como o Sr. Deputado referiu — e eu insisto na triste ocorrência da morte destes dois soldados do Regimento de Comandos.

É minha intenção, logo que os relatórios estejam concluídos, apresentá-los a esta Assembleia, através da Comissão de Defesa Nacional, com quem tenho dialogado sobre esta matéria, e depois torná-los públicos. Qualquer conclusão, neste momento, seria prematura e inadequada, pois não tenho ainda elementos que permitam debruçar-me concretamente sobre o assunto.

No entanto, gostaria de fazer algumas considerações em relação à instrução militar.

Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer que a instrução militar geral é muito diferente, sobretudo em termos de penosidade e exigência, da instrução dos comandos, como o Sr. Deputado certamente tem conhecimento. Os comandos são tropas seleccionadas, altamente seleccionadas através de exames médicos e testes. E, neste momento, tal como o Sr. Deputado afirma e eu confirmo, não estão ainda em regime de voluntariado, mas posso adiantar que se está a pensar seriamente, aliás já se pensava antes desta ocorrência, pôr o Regimento de Comandos em regime de voluntariado.

De acordo com a informação que tive oportunidade de recolher através dos elementos, já por mim referidos, do relatório mandado instaurar pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, esta instrução é de alta, diria mesmo, altíssima penosidade. É uma instrução muito especializada e em relação a este tipo de instrução militar dos comandos, como de um modo geral, em relação à instrução militar das Forças Armadas, penso que os conceitos de modernização das Forças Armadas que pretendemos introduzir terão de englobar, naturalmente, a revisão das condições de instrução. Cada vez nos encaminhamos mais para Forças Arma-

das que utilizam os chamados meios inteligentes e onde a instrução tem de ser adaptada a esses novos dispositivos e equipamentos modernos de defesa.

Trata-se de um projecto que vai ser posto em prática, não nomeadamente neste capítulo da instrução, mas este lamentável acidente, ou incidente, como lhe queiramos chamar, vai com certeza fazer com que, sobretudo no caso específico dos comandos, se medite e se analise em profundidade, se há ou não necessidade, eu penso que há, de tornar menos penosa esta instrução.

Gostaria ainda de falar sobre uma matéria que, embora não esteja muito ligada à questão colocada pelo Sr. Deputado, mas atendendo a cartas que recebi e a notícias que li nos jornais, penso que de algum modo se poderia ligar com este assunto: trata-se do serviço militar obrigatório.

Toda a gente atribui culpas do sucedido ao serviço militar obrigatório, embora eu entenda que não se possa estabelecer alguma ligação entre eles. O serviço militar obrigatório tem um novo regime, como os Srs. Deputados sabem, que vai ser posto em prática a partir da próxima incorporação e a razão de não ter sido posto em prática na incorporação anterior está em aspectos de natureza técnica que impediram, pois não é tão fácil como à primeira vista parece, adaptar um novo regime que diminui o tempo de duração do serviço militar obrigatório.

Saliento ainda que até hoje fizemos o que era possível ser feito para esclarecer o acidente ocorrido, que ainda continua em estudo e que será ponderado através do relatório.

Expressámos também os nossos sentimentos de pesar à família dos dois militares que morreram, aos seus camaradas de armas e ainda, de um modo geral, aos Portugueses.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Lelo.

O Sr. José Lelo (PS): — Sr. Ministro, quanto à questão que V. Ex.ª agora colocou, do serviço militar obrigatório, gostaria de salientar que também nós defendemos a diminuição do tempo de cumprimento do serviço militar obrigatório e, inclusivamente, a diminuição do corpo efectivo das Forças Armadas, de molde que ele se estabilize a um nível mínimo capaz de fazer frente ao tipo de agressões a que, potencialmente, possa vir a estar sujeito o território nacional.

A resposta do Sr. Ministro não foi totalmente conclusiva, sob a alegação de que o citado inquérito não está terminado.

Todavia, como o Sr. Ministro verificou, as nossas preocupações vão para além da constatação deste lamentável acidente, conforme referi, e, portanto, vamos procurar respostas para outras questões envolventes e subjacentes a este acidente.

Embora o inquérito não esteja terminado pelas razões apontadas, já foi oficialmente adiantado pelo respectivo instrutor que a principal causa do trágico acidente de Santa Margarida teria sido o excesso de generosidade e do desejo de ser o primeiro. Sr. Ministro, esta afirmação não indicará uma abordagem superficial numa matéria como esta, prevendo-se já uma análise menos aprofundada do que a que seria desejável?

O Orador: — Por outro lado, como se compaginam as considerações do Sr. Ministro, ainda há pouco proferidas e já anteriormente produzidas para os órgãos da comunicação social, com o reiterar daquele tipo de posições e, por consequência, das conclusões já adiantadas na comunicação social.

Fui claro, Sr. Ministro?

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Não comprehendi a última parte da pergunta, pois ainda não li os jornais de hoje!

O Orador: — Como é possível compaginar as considerações do Sr. Ministro sobre esta matéria com o reiterar da posição adiantada pelo oficial instrutor deste inquérito, que vieram hoje a público através da comunicação social?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa Nacional.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Sr. Deputado José Lelo, devo dizer que já tive ocasião de apreciar publicamente as conclusões prematuras de alguém que foi encarregado de fazer o inquérito.

Vozes do PSD: — Muito bem! É inqualificável!

O Orador: — Como classificávamos um juiz de instrução de um processo criminal se, antes mesmo de ter terminado o inquérito, este adiantasse matéria que pudesse ser conclusiva ou que, pelo menos, pudesse influenciar as conclusões?

O Sr. João Amaral (PCP): — Como fez o Cadilhe aquando do inquérito à Sonae!

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — É de mau gosto estar a chamar esses assuntos para aqui!

O Orador: — Srs. Deputados, devo dizer que não estou a tratar desses assuntos, mas sim de um caso específico e é sobre ele que estou a responder. Se VV. Ex.^{as} quiserem comentar esse assunto, têm naturalmente que chamar aqui as pessoas que estão agora a pretender criticar a ética. Penso que não é bonito criticar pessoas quando elas estão ausentes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Responsabilizo-me pelas minhas atitudes, mas não o posso fazer em relação às dos outros.

Como dizia, já tomei posição sobre este assunto, que reitero aqui nesta Assembleia: não concebo que quem quer que seja — um juiz, um general, ou um cidadão qualquer — que esteja encarregado de fazer um inquérito adiante conclusões e apreciações sobre ele, sobretudo quando no que foi dito há um sentido de culpar bilizar quem morreu.

Vozes do PSD e do PS: — Muito bem!

O Orador: — Isso não pode ser feito.

Vozes do PSD e do PS: — Muito bem!

O Orador: — Devíamos, sobretudo, apreciar as condições e responsabilizar aqueles que — e isso dependerá do inquérito, pois não estou aqui a acusar ninguém, estou apenas a fazer uma apreciação muito geral — possam, eventualmente, ter responsabilidades sobre este assunto.

Portanto, não podemos, de maneira nenhuma, apelar para generosidades, para espíritos de sacrifícios ou para entregas demasiadas que possam causar a morte.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Naturalmente que os nossos militares, tanto do serviço militar obrigatório como os dos quadros permanentes, são pessoas generosas e abnegadas, mas não é preciso levar essa abnegação e generosidade ao limite, principalmente em tempo de paz e em exercícios militares; reservemo-la para conflitos muito mais graves, se isso for necessário.

Quero reiterar a posição que tomei e que é conhecida publicamente. Não estou naturalmente a criticar a pessoa, mas a atitude, o que são coisas muito diferentes. A comunicação social deturpou as minhas palavras dizendo que eu tinha classificado a pessoa de irresponsável, quando o que em disse foi que irresponsável e permatura era a atitude tomada por essa pessoa.

Sr. Deputado, e para concluir, em relação aos aspectos de modernização das Forças Armadas, devo dizer que são modificações que têm de se fazer gradual e ponderadamente. Penso, Sr. Deputado, que se conseguimos levar a bom termo a modernização das Forças Armadas, podemos modificar a instrução e reduzir o número de efectivos, o que naturalmente seria bom tanto para o País como para as nossas finanças, porque as Forças Armadas, na quantidade que temos, são bastante caras.

Aplausos do PSD, do PS e do PRD.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta oral ao Governo sobre o falecimento de dois militares do Regimento de Comandos tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Sr. Ministro da Defesa Nacional, ouvi-o com bastante atenção. V. Ex.^a, disse agora, na parte final, que estamos em tempo de paz. Tem toda a razão, mas mesmo noutras tempos não defendemos certos processos que são inadmissíveis. V. Ex.^a disse, no início da sua interpretação, que nas forças especiais os jovens são bem seleccionados por médicos, uma vez que aquela força é altamente especializada.

São bem seleccionados, Sr. Ministro, mas um dos jovens que morreu escreveu o seguinte: «Meu Deus, meu Deus, não me abandones.» Esta frase foi escrita quarenta e oito horas antes do decurso de um exercício que está a ser classificado por todos como violento e inexplicável, devido às situações que estão a decorrer nesse tipo de exercícios, tal como se pode verificar por denúncias, nomeadamente as efectuadas pelo *Jornal de Notícias* do Porto, que a elas se refere desde o dia 18 ou 19 do mês passado.

Sr. Ministro, como V. Ex.^a sabe, o comportamento das pessoas, ou seja, os comportamentos sociais variam de acordo com o maior ou menor grau cultural. No entanto, e por vezes, nem sempre resulta de uma

melhor preparação profissional a mais adequada convivência, o mais sadio respeito perante os subordinados ou, como é hábito dizer-se, perante os subalternos.

O facto de nas Forças Armadas se usarem mais ou menos galões, isso não significa que todos os graduados, todos os oficiais, caracterizem a sua convivência com rigor e com respeito pelos demais.

Os motivos desse mau comportamento residem numa muito grave lacuna, à qual se junta o célebre «princípio da autoridade que nunca pode ser posto em causa», segundo os cânones por eles defendidos, mesmo que não lhes assistam o mínimo de razão. Isso aplica-se, como é evidente, às actuais Forças Armadas. E por quê, Sr. Ministro? É aqui que as questões começam a ser graves.

Antes do 25 de Abril as Forças Armadas eram desprestigiadas, sem sombra de dúvida, por força da actuação não dos chamados subalternos, mas das chefias militares. Com o advento do 25 de Abril, os militares de Abril, as Forças Armadas, recuperaram o seu prestígio — creio que estamos todos de acordo —, verificou-se uma rápida e salutar comunhão com a aproximação entre o povo e as Forças Armadas, com que todos rejugilamos.

Porém, ultimamente já se voltam a ouvir referências pejorativas às Forças Armadas, o que é grave. Verifica-se um lento e desagradável divórcio. Diz-se, pejorativamente, «tropa», no sentido mais pejorativo da palavra, quando se referem às Forças Armadas. Sente-se, como é evidente, Sr. Ministro, um certo sentimento de revolta e uma certa hostilidade. Nota-se descontentamento, talvez fruto de uma crescente arrogância no comportamento para com os soldados, mas apenas para com estes.

Os sociólogos, Sr. Ministro, nomeadamente os que se dedicam à sociologia militar, já se têm debruçado sobre estas e outras situações e é mais sobre os resultados desses estudos do que sobre os de um inquérito que, com certeza, interessa, também, que nos debruçemos. As causas estão à vista e, pura e simplesmente, têm de ser proibidas.

Nessa ordem de ideias, importa saber como é que se está a processar a instrução militar, mas não apenas nas tropas especiais; é preciso saber também como é que é feita a recruta dos mancebos. Tenho muito gosto em dar-lhe certas informações de que disponho. Por exemplo, tive conhecimento há poucos dias de um caso de um mancebo epilético que foi considerado apto para cumprir serviço militar.

Que preparação adequada têm os instrutores, Sr. Ministro? O Sr. Ministro referiu os instruendos a propósito dos novos conceitos das Forças Armadas, mas o que pergunto é que tipo de preparação e acompanhamento psicológico têm os instrutores.

Como o Sr. Ministro sabe, há inúmeras queixas relativamente a instrutores que não estão preparados. É que o tal princípio da autoridade continua a impor-se perante os instruendos, a tal ponto que em Santa Margarida, após o acidente, os soldados foram proibidos de comentar no próprio quartel aquilo que se tinha passado.

Finalmente, Sr. Ministro, gostaria de saber que tipo de acompanhamento médico é feito a esses jovens militares, que são abruptamente afastados de um determinado tipo de vida e atirados para a violência dos quartéis, consubstanciada em tratamentos injustos,

como aqueles que observamos. A instrução dos nossos militares, não só das tropas especiais, como os comandos ou os pára-quedistas, mas de todos, está a ser devidamente acompanhada por psicólogos, sociólogos e médicos? Tenho aqui algumas referências, que daqui a pouco lhe posso citar.

Penso que esta situação tem de ser apreciada em profundidade e não limitar-se às declarações de um general, que V. Ex.^a considerou — e bem — como possivelmente irresponsáveis. E é porque o Sr. Ministro as considerou irresponsáveis que tenho legitimidade para considerar esse inquiridor do processo verdadeiramente irresponsável.

O que importa esclarecer é a questão de fundo que subjaz a este acidente, que, como V. Ex.^a sabe, não foi o primeiro, porque ainda há dois anos aconteceu em Almourol um caso idêntico que ainda continua por esclarecer.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Marques Júnior.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa Nacional.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca, V. Ex.^a fez aqui afirmações que merecem, naturalmente, um comentário da minha parte. Portanto, começarei por aí e responderei, em seguida, às perguntas que me dirigiu.

As afirmações a que me refiro têm a ver com um sentido pejorativo que hoje existiria relativamente às Forças Armadas. Talvez V. Ex.^a note esse sentido pejorativo pela imprensa que deve ler e pelo meio político que frequenta, mas devo dizer-lhe que, pela minha parte, não o tenho notado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Relativamente ao respeito pela hierarquia e pela autoridade, não tenho nenhuma indicação — e se V. Ex.^a as tem gostava que as fizesse chegar às minhas mãos — no sentido de que essa hierarquia e essa autoridade não sejam exercidas estritamente dentro das leis que regem as Forças Armadas, que são fundamentalmente, a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas e todas aquelas que lhe estão apensas e se encontram em vigor, para além das que, naturalmente, serão ainda apresentadas na sequência dessa mesma lei.

A hierarquia e a autoridade estão consignadas na lei, Sr. Deputado. Não é a hierarquia e a autoridade em si que se deve criticar. V. Ex.^a está a criticar a lei, mas tem toda a faculdade para apresentar nesta Casa leis que alterem as actuais, para que esse sentido que deu às suas afirmações possa ser também modificado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em relação aos elementos que o Sr. Deputado diz que possui sobre a instrução e o serviço militar, gostaria muito que os fizesse chegar à minha mão, para serem analisados, e se alguém tiver responsabilidade, naturalmente que será considerada.

A preparação dos instrutores é feita a vários graus, nas escolas dos sargentos e oficiais que existem no País. Terei muito gosto em acompanhar o Sr. Deputado

quando quiser visitar algumas dessas escolas para ver qual é o grau e a qualidade de instrução que nelas é praticada. Os instrutores não são *self made men* que se apanham na rua, ao acaso, para dar instrução responsável a milhares de militares portugueses por ano; são pessoas certificadas, qualificadas e experimentadas por escolas, que frequentaram treinos para o exercício das respectivas funções.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao acompanhamento médico, devo dizer que nas Forças Armadas há serviços médicos, nomeadamente no campo de Santa Margarida. Neste caso concreto havia um dispositivo médico que estava próximo do exercício que estava a ser realizado. Não vou discutir aqui a capacidade e a qualidade desses serviços, porque é matéria que não me compete sob o ponto de vista técnico.

Creio, Sr. Deputado, que respondi a todas as perguntas que colocou. Para terminar, gostaria de fazer o seguinte comentário: V. Ex.^a pensa que em tempo de paz as Nações não devem ter Forças Armadas? V. Ex.^a crê que em tipo de paz as Nações não têm obrigação de se preparar para a sua defesa? V. Ex.^a acha que em tempo de paz não devem ser feitos exercícios militares?

Já respondi ao Sr. Deputado José Lelo dizendo que o que está em causa — e o Sr. Deputado também frisou isso — não era o serviço militar obrigatório, nem a instrução, mas sim saber se os graus de instrução não são demasiado penosos até ao ponto de pôr em risco as vidas dos militares que fazem os exercícios. Portanto, estamos totalmente de acordo com as observações construtivas do Sr. Deputado José Lelo.

Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca, os comandos existem há cerca de vinte anos, pelas fileiras de instrução dos comandos passaram cerca de 20 000 homens e até hoje só se conhecem dois casos de mortes. Um dos casos foi porque um deles, com a vontade que tinha de ir para os comandos, conseguiu encobrir determinada doença cardíaca que foi detectada quando faleceu devido a um colapso cardíaco, e o outro caso teve lugar em Angola, quando durante a guerra colonial um capitão quis, por sua única vontade, fazer a prova de resistência à sede. Estes são os únicos casos que se conhecem, além destes que agora, infelizmente, tiveram lugar em Santa Margarida.

Quanto aos pormenores, creio que a resposta que dei ao Sr. Deputado José Lelo deve ser a mesma para o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca, pois não me posso pronunciar sem possuir um relatório completo sobre o assunto.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Sr. Ministro, é evidente que em tempo de paz devem haver Forças Armadas sempre em exercício. O que eu disse claramente foi que nem em tempo de guerra certos métodos se justificam, são inadmissíveis e evidenciando-se pela negativa.

Quando referi certo tom pejorativo com que são encaradas as Forças Armadas, o Sr. Ministro atribuiu isso à imprensa que leio e aos círculos políticos que frequento. Não, Sr. Ministro! Não me agrada rigorosamente nada que se chame às Forças Armadas a «tropa», como se dizia antigamente. Isso é preocupante para todos nós e deve preocupar também o Governo. Vamos, pois, encarar as questões de fundo e verificar onde é que existem os erros, a fim de modificar estas situações.

O Sr. Ministro referiu que os instrutores são pessoas certificadas e bem preparadas. Porém, Sr. Ministro, quando V. Ex.^a se refere a certa imprensa que eu leio, convido-o a ler o *Jornal de Notícias* do dia 18 de Abril, onde se diz o seguinte:

O *Jornal de Notícias*, apesar das ameaças, vai mesmo para a frente denunciar por que se fica estropiado sem ser por acidente [...] muitos são os depoimentos de quem não tem de facto medo.

Isto é o que constava do *Jornal de Notícias*, o maior jornal matinal do País.

Sr. Ministro, é verdade que os nossos instrutores estão bem preparados. O jornal *Expresso*, que é outro jornal insuspeito, declara, entre outras coisas:

[...] a sua expressão é quase sempre de um iniludível sorriso de troça e desdém pelo sofrimento dos instruendos. São vistos amiúde a esbofetear ou a pontapear jovens exaustos, como que exigindo deles a continuação do mesmo ritmo infernal de movimentação.

Numa fotografia a que se refere a este jornal vê-se um instrutor a introduzir pela boca de um agoniado soldado um sapo aparentemente vivo. E não vale a pena desmentir, Sr. Ministro, pois estou em condições de afirmar pessoalmente que se trata de um facto real.

Estes instrutores podem ser casos excepcionais. É esta a questão de fundo que é necessário verificar!

Já agora, quando o Sr. Ministro diz que nos responde a tudo, gostaria de saber que tipo de acompanhamento médico é que há nos comandos. E vou citar um importante depoimento de um médico que esteve em Santa Margarida — depoimento esse que nos devia preocupar a todos, e devo dizer que não é em busca dos aplausos que ando, nem o Sr. Ministro, pois não tem culpa que o aplaudam —, que consta do *Jornal de Notícias* do dia 27 de Abril, e que diz:

Um médico na prova de choque que só existe no Regimento de Comandos não é ouvido. Estas mortes eram perfeitamente evitáveis se o controle médico se fizesse. No planeamento da prova de choque o médico não é chamado, não é ouvido nem achado e deveria sê-lo. As condições profissionais dos médicos em Santa Margarida são medíocres, porque somos obrigados a fazer uma medicina com muito pouca qualidade, porque temos que ver muitos doentes por dia, porque há deficiências quanto ao equipamento para situações de emergência e quanto ao fornecimento de medicamentos. A situação mais perigosa e de urgência é a paragem cardíaca e nem desfibrilador cardíaco existia. Por vezes acontecia ficarmos sem medicamentos ou algodão para as imobilizações de fracturas ou articulações. As ambulâncias são absoletas [...]

Tudo isto é dito por um médico de Santa Margarida e citado em quatro colunas num importante jornal. Isto não consta de uma leitura qualquer, nem se verifica em nenhum círculo político, Sr. Ministro!

É certo que todos nós temos que ter vaidade nas nossas Forças Armadas. Porém, se formos ver como é que os exércitos modernos da Europa e da América preparam este género de tropa especial verificamos que, por exemplo, neste género de provas é feito, a par e passo, o controle médico; quando terminam uma prova todos os soldados são pesados e se por acaso houver algum que tenha emagrecido mais do que 2 kg ele é automaticamente excluído da prova e vai ser observado na enfermaria. Portanto, ao fim de cada prova eles são pesados, são submetidos a um exame médico sumário, com auscultação cardíaca e pulmonar, é medida a tensão arterial e se se verificar que algum indivíduo não se encontra bem, ele é imediatamente retirado dessa fase de treino. Porém, em Santa Margarida não existe nenhum psicólogo ou psiquiatra!

Sr. Ministro, não estou aqui a criticar o Governo ou a criticar A, B ou C. Estou apenas a tentar que se vá ao fundo das questões. Bem sei que o conceito que temos sobre as Forças Armadas tem de melhorar e que os instrutores têm de melhorar forte e qualitativamente.

Porém, não vale a pena dizer que tudo o que aqui se está a referir é falso, pois podíamos ainda citar mais jornais e eu próprio irei fazer uma declaração política sobre este assunto, com dados concretos, e fornecer-lhe-ei o *dossier* onde isso se encontra.

Na verdade, Sr. Ministro, não pretendo fazer chicana parlamentar, nem venho buscar aplausos numa situação tão grave como esta. Apenas pretendo ir ao fundo das questões, e era isso que gostaria que o Sr. Ministro também fizesse.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa Nacional.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca, gostaria de saber se esse médico a que se referiu no relato que acabou de ler está identificado e se assume a responsabilidade das declarações que faz. É que isso pode ser uma declaração de um médico que não quer assumir responsabilidades ou uma invenção dos jornalistas! Não é a primeira vez que, após aprofundar certos assuntos, se chega a essa conclusão!

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Sr. Ministro, dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Sr. Ministro, o depoimento feito pelo médico ao *Jornal de Notícias* refere o seguinte:

Eu fui médico em Santa Margarida e posso informar que sem equipamento qualquer paragem cardíaca é obviamente fatal.

Isto foi escrito por Olga Vasconcelos, jornalista do *Jornal de Notícias*.

Agora, resta-nos saber se esse médico está ou não identificado, se é actualmente oficial do Exército e se pode ou não fazer estas declarações. Porém, Sr. Mi-

nistro, o departamento a que V. Ex.^a pertence é que tem que se preocupar em observar isso, condenar se ele tiver que ser condenado e saber se o depoimento é ou não verdadeiro. Contudo, o que lamento é que o Sr. Ministro não tenha tido conhecimento disto até agora.

O Orador: — Sr. Deputado, tenho lido todos os dias os depoimentos que constam do *Jornal de Notícias* e tenho acompanhado com muita atenção os relatos da imprensa, não só em relação a este assunto como a outros. Assim, talvez por estar melhor informado eu possa muitas vezes sorrir sobre o que esses relatos dizem, porque, felizmente, sei muito mais do que aquilo que os jornais referem. Caso contrário, estava bem arranjado, com a responsabilidade que tenho como Ministro da Defesa Nacional.

Sr. Deputado, em primeiro lugar, devo dizer que o facto de estar identificada a jornalista não significa que esteja identificado o médico. Neste caso, as afirmações feitas pelo médico só são válidas para mim quando esse médico é identificado, para depois, em processo, se for necessário, as poder justificar.

Em segundo lugar, o Sr. Deputado leu do *Jornal de Notícias* qualquer coisa que é muito grave, pois a jornalista diz «[...] mesmo perante ameaças». Ora, identifiquem-se essas ameaças, porque parece que a jornalista está coagida para fazer os relatos que quer. Pela continuação desses relatos vê-se bem que ela não está sob ameaças e creio que esse é um comentário bastante infeliz por parte dela.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Não é a jornalista, é o próprio *Jornal de Notícias*.

O Orador: — Ou então será o próprio jornal, porque não há ameaças sobre ninguém para escrever acerca desses assuntos.

Porém, o que é de lamentar é que a respeito de um assunto tão triste, que todos os portugueses lastimam, desde a família das vítimas aos seus camaradas de armas, se procure fazer alguma exploração, umas vezes política, outras vezes comercial, transformando em verdadeiros folhetins para venda de jornais o relato de acontecimentos que todos muito lastimamos e que serão publicamente esclarecidos quando os factos concretos das autópsias, dos relatórios e dos processos instaurados forem do nosso conhecimento. Aliás, devo dizer que terei muito gosto em os trazer aqui à Assembleia da República.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta oral relativa ao Estatuto Social dos Bombeiros, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Silva.

O Sr. Rui Silva (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro da Administração Interna: A Lei n.º 21/87 (Estatuto Social dos Bombeiros), publicada em 20 de Junho de 1987, criou a expectativa que naturalmente se esperava face ao alheamento verificado pelos órgãos responsáveis à problemática do voluntariado dos bombeiros no nosso país.

A aprovação nesta Câmara — e, refira-se, aprovação por unanimidade — de um diploma amplamente reclamado pelos bombeiros de Portugal trouxe uma luz

de esperança a mais de 30 000 homens e mulheres, que diariamente se disponibilizam a servir o seu semelhante com a dedicação e altruismo que é sobejamente conhecido de toda a população portuguesa. Lamentavelmente, a resposta que reclamamos de obrigatoriedade a esta ansiedade não surge e, um ano após a publicação do diploma, os bombeiros de Portugal continuam a aguardar a justiça que todos lhe devemos, regulamentando a referida lei.

Os cidadãos ligados ao voluntariado dos bombeiros nos quais, por direito próprio, me incluo, não desconhecem a complexidade do problema e a dificuldade de se encontrarem soluções que respondam favoravelmente e com aplicabilidade imediata a esta questão. É o resultado de décadas de abandono e ausência de legislação que, com um mínimo de justiça, contemplasse tão digna forma de servir o País. No entanto, as razões do passado não justificam as do presente e a urgência e a pertinência da regulamentação desta lei imporiam que a mesma, embora conscientes de algumas dificuldades, já tivesse sido publicada.

Não será preciso, obviamente, recordar a V. Ex.^a Sr. Ministro, e a esta Câmara que, em princípios de Junho de 1986, prestámos nesta Assembleia comovida homenagem aos bombeiros falecidos em Águeda e Anadia, quando, no cumprimento da sua nobre missão, pereceram no combate às chamas. Recordo, Sr. Ministro, nos princípios de Junho, e hoje é dia 6 de Maio!...

As vidas não têm preço e um estatuto social, por muito rico de conteúdo que seja, não devolve ao homem a sua vida, mas a nossa responsabilidade é acrescida quando a mesma desaparece ao assumirem-se funções de solidariedade e justiça sociais.

Durante o exercício da suas funções, a aplicar aos bombeiros os direitos constantes dos artigos 6.^º e 8.^º da Lei n.^º 21/87 era o mínimo que o País lhes devia.

Para os seus filhos, os direitos constantes do artigo 9.^º e para as associações, também tão carenciadas de meios humanos e materiais, a possibilidade de se utilizar o mecanismo constante no artigo 7.^º resolvendo muitos dos problemas com que os bombeiros hoje se debatem.

Consciente, e reafirmo, consciente da complexidade do problema, pergunto se esta complexidade vale um ano de silêncio.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Ministro da Administração Interna (Silveira Godinho): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Silva: Como V. Ex.^a referiu, em 20 de Junho foi publicada a Lei n.^º 21/87 e o Governo assumiu no seu Programa como um dos compromissos proceder à regulamentação do Estatuto Social dos Bombeiros.

Como o Sr. Deputado disse, este assunto reveste-se de grande complexidade, aliás já focado não só pelo Sr. Deputado mas também por outros deputados durante os debates na generalidade e na especialidade em 1986 e 1987, que conduziram à aprovação da Lei n.^º 21/87.

Gostaria de, a este propósito, referir as palavras então proferidas por alguém que, me parece, reúne determinadas características, porque, à semelhança do que

acontece com o Sr. Deputado Rui Silva, tem grande conhecimento técnico dos assuntos. Esse alguém já foi Ministro da Administração Interna, tem a perspectiva, vista do outro lado, da complexidade dos problemas — usando uma expressão de economista, tem uma perspectiva «macro» dos problemas — e está sentado na bancada da oposição.

Vou, pois, ler as palavras que o Sr. Deputado Eduardo Pereira proferiu, aquando do debate na generalidade do projecto de lei do CDS, que deu origem ao Estatuto Social dos Bombeiros. E passo a citar: «Durante a minha passagem pelo Governo não consegui que fossem ultrapassados, em tempo útil, alguns dos problemas que se me depararam, não tanto para chegar a uma proposta de lei de bases [...]» — e o que estava em causa, na altura, era uma proposta de lei e o que está em causa agora é a regulamentação dessa lei de bases — «[...] mas para conseguir a regulamentação adequada e seria desse conjunto de boas intenções e para reunir as garantias da concretização dos benefícios avançados.

Solicitei a todos os organismos e departamentos elementos de informação e pela leitura a que procedi desses elementos constatei que eram levantadas algumas dificuldades difíceis de transpor.»

A 10.^a Comissão Parlamentar, que na altura era a responsável pelo tratamento destas matérias, necessitou cerca de dez meses para elaborar o projecto que veio a conduzir ao Estatuto Social dos Bombeiros e nessa altura, repito, estavam em causa as bases gerais dessa matéria. penso que estes factos são sintomáticos e reveladores da complexidade deste assunto, que envolve a participação de um conjunto de departamentos governamentais — não apenas o Ministério da Administração Interna — e que confirmam as afirmações que o Sr. Deputado fez sobre a complexidade e a delicadeza desta matéria. Penso, portanto, que o prazo de 90 dias fixado no último artigo da Lei n.^º 21/87 é inequívoco.

O Governo está a preparar legislação que tenha um efeito duradouro, que seja estrutural e não que se destine apenas a dar cumprimento formal à obrigação de regulamentar a lei e depois tenha uma utilização meramente conjuntural de curto prazo. É esta a razão pela qual não se procedeu à regulamentação global do Estatuto Social dos Bombeiros, embora alguns aspectos que referirei a seguir já estejam tratados com base num projecto apresentado pelo Serviço Nacional de Bombeiros, que é reconhecidamente, como os Srs. Deputados frisaram na altura do debate, a entidade adequada para iniciar os estudos sobre esta matéria.

Com base nesse projecto e reunindo entidades departamentais, e não só — como é o caso da Liga dos Bombeiros Portugueses, que, como o Sr. Deputado sabe, é uma instituição de direito privado não dependente do Governo —, formámos um grupo de trabalho que reúne representantes do Ministério da Administração Interna, do Ministério da Defesa Nacional (por causa dos aspectos que referi do artigo 7.^º da Lei do Serviço Militar), do Ministério da Educação (por causa das questões ligadas às regalias a conceder aos filhos dos bombeiros), do Ministério do Emprego e da Segurança Social (devido às facturas ligadas à Segurança Social dos bombeiros), do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (por causa das

condições de utilização dos transportes públicos) e do Ministério da Saúde (fundamentalmente por causa das inspecções médico-sanitárias periódicas, que são um dos direitos previstos no Estatuto Social dos Bombeiros).

Este grupo de trabalho tem reunido e trabalhado com base num projecto elaborado pelo Serviço Nacional de Bombeiros. Na perspectiva de que preferimos demorar mais, mas ter uma obra com aplicação duradoura, do que rapidamente apresentar um projecto de impacte meramente conjuntural, penso que, em tempo útil, esses aspectos serão regulamentados.

Neste momento o que é que já está feito do que está previsto no Estatuto Social dos Bombeiros? Há uma disposição, que o Sr. Deputado há pouco referiu, que é a das pensões de sangue, que, aliás, já estava regulamentada mesmo antes do Estatuto Social dos Bombeiros. Como sabe, existem dois diplomas legais, citados aquando da discussão desta matéria, que deram cobertura a esta área da concessão de pensões de sangue às famílias dos bombeiros. Portanto, penso que este aspecto está regulamentado satisfatoriamente e que pouco haverá a fazer nesta matéria, embora repita que o Ministério das Finanças também esteja nesse grupo de trabalho para cobrir esta área de preocupações, se algo vier a acrescentar.

Foi recentemente celebrado entre o Serviço Nacional de Bombeiros e a Associação Portuguesa de Seguros um acordo de seguro de acidentes pessoais facultativo, que eleva as indemnizações em caso de morte, invalidez, incapacidade temporária ou absoluta e as despesas de tratamento, não apenas dos bombeiros, mas também dos corpos dirigentes em determinadas condições de exercício da sua actividade.

Está quase pronto para celebração — e ainda não se avançou mais porque, como sabe, houve mudança do director-geral dos Cuidados de Saúde Primários — um protocolo entre o Serviço Nacional de Bombeiros e a Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários com vista a caracterizar o acesso dos bombeiros às inspecções médico-sanitárias referidas na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Estatuto Social dos Bombeiros, que é outro dos direitos que os bombeiros têm no âmbito do seu Estatuto.

Um outro aspecto que, mesmo antes de o Estatuto ter sido aprovado, estava contemplado é o do pagamento, por parte do Serviço Nacional de Bombeiros, dos salários perdidos pelos bombeiros pelo desempenho das suas funções no combate aos incêndios.

Finalmente, e porque esta matéria resulta não só do Estatuto Social dos Bombeiros mas também das preocupações que foram afloradas durante o debate, devo dizer-lhe que a Escola Nacional de Bombeiros está em funcionamento. Esta era uma das promessas que o Governo assumira no seu Programa e foi uma das decisões tomadas na primeira reunião do Conselho de Ministros do actual governo. Para além da aquisição de instalações, já funcionaram quatro cursos, estando em funcionamento outros quatro.

Como o Sr. Deputado Rui Silva é um técnico nesta matéria, permito-me, digamos, maçá-lo ao referir que os quatro primeiros cursos tiveram como objectivo formar os futuros formadores, ou seja, multiplicar as capacidades de formação — foram destinados a chefes, subchefes, comandantes e graduados das zonas operacionais e incidiram sobre matéria de radiocomunicações.

Estão preparados mais quatro cursos, três dos quais com incidência na área do treino de helicópteros para preparar a actuação das brigadas helitransportadas que, como o Sr. Deputado sabe, é uma das facetas do combate aos incêndios.

Penso que a perspectiva do Estatuto Social dos Bombeiros deve ser complementada não apenas com a formação que é dada pela Escola Nacional de Bombeiros mas também com o esforço orçamental que está a ser feito em matéria de quartéis, de fornecimento de equipamento e de meios para a campanha de fogos florestais do corrente ano.

Embora correndo o risco de ser repetitivo em relação ao que foi dito aquando da discussão do Orçamento do Estado para 1988, direi ao Sr. Deputado que, em matéria de construção de novos quartéis, está prevista uma verba de 1 milhão e 260 mil contos, ou seja, mais 33% do que foi gasto no ano anterior; as despesas totais do Serviço Nacional de Bombeiros, que, como sabe, são em grande parte encaminhadas para as associações de bombeiros e para as câmaras municipais, para depois serem destinadas aos bombeiros, ascendem a 3 milhões e 260 mil contos em 1988, ou seja, mais 12% do que o que estava previsto para o ano anterior; e, especificamente, para a coordenação dos fogos florestais prevê-se uma verba de 425 mil contos, em aditamento às verbas anteriormente referidas, para uma actuação coordenada que envolve várias fases, desde a prevenção e detecção até ao combate. Esta actuação de coordenação dos fogos florestais não se executa apenas no terreno, havendo projectos de investigação científica em curso no Centro de Mecânica de Fluidos da Universidade de Coimbra para que esta problemática seja encarada numa perspectiva mais científica e não tenhamos todos os anos, em Setembro ou Outubro, de lamentar as consequências, em vidas e bens, que os incêndios florestais têm provocado em Portugal.

O Sr. Presidente: — A Mesa não interrompeu o Sr. Ministro atendendo à importância do assunto, no entanto informa que gastou mais quatro minutos.

Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Silva.

O Sr. Rui Silva (PRD): — Sr. Ministro, não lhe irei tomar muito tempo, dado que a resposta a alguns dos pedidos de esclarecimento que lhe iria fazer, após a resposta que eu esperava do Sr. Ministro, já foi dada.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer-lhe a forma tão bem preparada — que saúdo e é motivo para nos regozijarmos — como veio responder a esta pergunta. É sinal de que o Sr. Ministro se preocupa com a problemática dos bombeiros, que, infelizmente, tem dado tanta preocupação.

Gostaria apenas de referir dois ou três pontos, um dos quais o do seguro de acidentes pessoais. O acordo celebrado entre a Associação Portuguesa de Seguros e o Serviço Nacional de Saúde veio actualizar algumas regalias, mas o certo é que esse seguro já existia.

Não referi as pensões de sangue, dado que as mesmas já têm aplicabilidade prática, embora devamos tentar desburocratizar um pouco a sua atribuição. Mas o Estatuto Social dos Bombeiros é isso, e muito mais! O problema que neste momento preocupa os bombeiros é o da segurança social, o da utilização dos trans-

portes públicos, o do pagamento aos bombeiros por tempo perdido em serviço, que nem sempre está a ser aplicado, não por culpa do SNB, mas porque muitas vezes as próprias associações acabam por ter alguma relutância em informar.

As entidades patronais muitas vezes não dispensam os seus funcionários, exceção feita para a Administração Pública. Os privados, hoje, não seguem nem respondem afirmativamente a esta lei. De facto, é na parte referente aos filhos dos bombeiros que se encontra o cerne da questão e é aqui que os bombeiros esperam a celeridade necessária por parte do Governo, embora, Sr. Ministro, reafirme-o, eu esteja perfeitamente consciente de que é preferível aguardar-se um pouco mais e sair uma regulamentação, uma lei, que não seja meramente conjuntural, mas que tenha aplicabilidade prática.

A época de fogos aproxima-se, Sr. Ministro, e todos nós sabemos como as coisas se têm passado nos últimos anos.

No entanto, e só para dar algumas explicações em termos de verbas, Sr. Ministro, não contesto e sou o primeiro a assumir que alguns melhoramentos se têm dado e que as verbas postas à disposição dos bombeiros, embora insuficientes, têm vindo a melhorar. Mas seiscentos e tal mil contos destinados à aquisição de material para 433 corporações de bombeiros dá pouco mais do que 1000 contos para cada corporação.

É manifestamente pouco, Sr. Ministro, se nos recordarmos de que hoje um carro de combate a incêndios custa entre 15 e 20 mil contos.

Paralelamente gostaria também de referir algo que já tive oportunidade de dizer ao então Sr. Ministro da Administração Interna, Eurico de Melo, durante os debates que sobre a matéria aqui tivemos — o voluntariado.

O voluntariado dos bombeiros em Portugal, no ano de 1984, poupava ao Estado 12 milhões de contos. Sr. Ministro, essa verba hoje deve rondar os 15 milhões de contos, montante que seria necessário para pagar a trinta e tal mil homens e mulheres que, gratuitamente, continuam a trabalhar nas associações de bombeiros.

Não deve brigar com a sensibilidade de ninguém que no Orçamento do Estado estejam contemplados 1 milhão e 300 mil ou 1 milhão e 400 mil contos, não recorde agora, mais 1 milhão e 300 mil contos para a construção de quartéis, o que representa 20%, *grosso modo*, daquilo que é poupadão com o voluntariado.

Não digo isto para que os bombeiros reclamem esta verba — a solidariedade e o voluntariado em Portugal são uma realidade —, os bombeiros não reclamam deveres, sabem que os têm e assumem-nos. Reclamam apenas alguns direitos pelos quais, suponho, todos nós, em conjunto, devíamos responsabilizar-nos e com a celeridade e a brevidade possíveis executá-los, porque é o mínimo de justiça social que poderemos fazer.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Apenas um breve reparo no elogio que, penso, o Sr. Deputado me quis fazer.

Lamento que haja uma crítica implícita e injusta a alguns dos meus colegas, pois ao falar da preparação estaria a contrapor a impreparação de alguém, o que acho lamentável.

Quanto aos montantes que o Sr. Deputado referiu, queria lembrar-lhe que nós não podemos comprar todos os anos veículos para todas as corporações de bombeiros. Um veículo não dura só um ano!

Como o Sr. Deputado Eduardo Pereira aqui referiu — e tenho muito prazer em reafirmar o que disse — temos de ter meios adequados para as situações médias. Não podemos ter equipadas todas as corporações de bombeiros para as situações de ponta, cuja ocorrência é aleatória e muito improvável.

Relativamente à quantificação que o Sr. Deputado fez da poupança que o voluntariado gera para o País, penso que isso é contrário ao espírito que esteve por detrás do Estatuto Social dos Bombeiros.

Não se quis funcionalizar os bombeiros. O espírito e a ética do voluntário não têm preço, não são quantificáveis. Não vamos, portanto, inscrever no Orçamento do Estado um montante atribuído ao Serviço Nacional de Bombeiros exactamente igual ao montante que o voluntariado poupa.

Penso que esse espírito está totalmente arredado, quer do Sr. Deputado quer de mim.

O Sr. Presidente: — Para uma pergunta oral ao Governo sobre comunicados e notas oficiais do tempo do *Telejornal*, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Há alguns dias um membro do meu partido entendeu, em cerimónia pública, tecer algumas críticas aos critérios de selecção do *Telejornal* do canal 1 — selecção de notícias, obviamente — e também ao facto de, em seu entender, haver um desequilíbrio notório entre o tempo dedicado no *Telejornal* ao Governo e às restantes forças da oposição.

Foi uma crítica normal, naturalíssima, penso que semelhante a tantas outras que ouvimos em relação à mesma matéria, mas que, no caso do CDS, teve uma sequência bastante diferente, ou seja, no *Telejornal* onde essa notícia é dada, imediatamente a seguir às críticas formuladas pelo presidente do CDS — e só essas surgem no ecrã —, aparece um comunicado, quase diríamos uma nota oficiosa da própria Direcção de Informação da RTP, onde, para além de se responder às críticas feitas pelo dirigente partidário — resposta que era, em meu entender, perfeitamente normal e natural —, mas, para além disso — e aqui reside a singularidade do procedimento —, surge um contra-ataque em termos políticos, ou seja, a figura do líder do meu partido é atacada pessoalmente e, em seguida, é a própria estratégia política do CDS que é criticada pela Direcção de Informação da RTP ou, pelo menos, referida em termos de parte.

Questão que se coloca — e por isso o CDS entende trazer este assunto à Assembleia, nesta sede de perguntas ao Governo — é realmente a seguinte: este procedimento é manifestamente, em termos de relação entre o poder e a informação, um procedimento, como há pouco dizia, «singular».

Será que nós vamos ter a Direcção de Informação da RTP a utilizar tempo de antena do *Telejornal* para atacar as forças políticas, para não só responder a ataques mas para atacar líderes políticos e forças políticas?

Será que, no futuro, vamos ter este novo procedimento, que temos de combater, e receber críticas de quem, pelas características peculiarríssimas do trabalho que exerce, deveria ser uma referência de independência e de isenção?

Esta a questão que lhe posmos, Sr. Ministro, e que entendemos ter gravidade suficiente para trazer aqui. É uma questão de princípio, é uma questão importante nas relações entre o poder e a comunicação social, sempre difíceis, sempre melindrosas, sem dúvida.

É óbvio que o Governo pode responder tranquilamente dizendo «isso está regulamentado em sede puramente jurídica; estamos completamente alheados dessa matéria»...

É uma resposta, se a entender formular, mas não era propriamente essa a resposta que nós gostaríamos de ouvir do Governo.

Essa é uma questão política, foi um facto político e um precedente que se criou nas relações entre comunicação social e, nomeadamente, televisão e um partido da oposição e gostaríamos de saber se o Governo é indiferente a esta questão, se o Governo entende que esta é uma questão puramente indiferente, se não é sensível a uma questão destas e, no caso afirmativo, se é sensível, gostaríamos de saber claramente qual a posição que o Governo tem, qual a sua opinião, como é que o Governo entende que estes problemas podem ser dirimidos, estes conflitos podem ser tratados, em suma, saber de que lado está o Governo, se do lado da neutralidade se do lado da apreciação clara de princípios infringidos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro Adjunto e da Juventude.

O Sr. Ministro Adjunto e da Juventude (Couto dos Santos): — O Sr. Deputado Basílio Horta já nos habituou nesta Câmara às suas intervenções de dom da palavra e do seu uso para quase nada concluir.

Gostaria de recordar aqui uma deputada, infelizmente já desaparecida, que afirmou nesta Câmara que a razão não se mede em decibéis nem no dom e uso da palavra. Presto-lhe a minha homenagem hoje, neste dia, sobretudo porque passou um ano sobre o seu desaparecimento, e convidada o Sr. Deputado Basílio Horta a prestar-lhe também essa homenagemmediando nas suas palavras.

Quanto à resposta, devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que não vejo resposta, porque a Lei n.º 75/97 prevê, no seu artigo 8.º — e certamente o Sr. Deputado conhece-a bem, não precisava que eu a viesse recordar —, que as mensagens e comunicados podem ser emitidos pelo Sr. Presidente da República para a Assembleia da República; as notas oficiais, essas partem da Assembleia da República e do Governo e estão previstas no artigo 1.º da Lei n.º 5/86, de 26 de Março; o direito de resposta, em geral, é a Lei n.º 75/79 que o prevê no seu artigo 22.º, qualquer pessoa singular ou colectiva o poder fazer; os tempos de antena estão abrangidos pelo artigo 17.º também da Lei n.º 75/79 e por aí fora ...

O Sr. António Vitorino (PS): — Sabe ler!

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sabe ler e interpretar!

O Orador: — Isto significa que me espanta — e agora o comentário — a sua pergunta sobre que lado está o Governo. O Governo só tem de estar de um lado, o da qualidade,...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Da demagogia.

O Orador: — ... da dignidade e do brio profissional na comunicação social. Espanta-me que o Sr. Deputado ponha esta questão, porque sou levado a concluir que isso só pode ser uma atitude descartiana, ou seja, «tenho dúvidas, logo existe».

Sr. Deputado, a política é uma coisa muito séria ...

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Isso é verdade!

O Orador: — ... e qualquer questão aqui colocada, pondo em causa a dignidade e o brio profissional dos responsáveis da comunicação social, daqueles que trabalham muitas vezes em condições que não são as melhores ...

Sr. Deputado, acho que há que respeitar essas pessoas e não fazer sistematicamente coacção psicológica sobre quem tão dignamente trabalha nos órgãos de comunicação social.

Aplausos do PSD.

Vozes do PS: — O Sr. Ministro não estava aqui, com certeza, quando o Sr. Ministro Eurico de Melo interveio! ...

O Orador: — O que me acaba de descrever, Sr. Deputado, passa-se entre uma direcção de informação de um órgão de comunicação social e um responsável de um partido político. Nada tem a ver com o Governo. O Governo não tem de se imiscuir aí, como sempre o tem feito e continuará a fazer.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — O Sr. Ministro não ouviu o Sr. Ministro da Defesa há pouco!

O Orador: — Sr. Deputado, julgo que a questão que me coloca, com toda a clareza — também teve a omnibridade de o dizer e felicito-o por isso —, não é bem uma questão ..., acho que se enquadraria mais num período de antes da ordem do dia. Aí o Sr. Deputado poderia tê-la colocado, mas assuma politicamente essa posição. Assuma que está mais preocupado com o culto da imagem do que com a qualidade da informação. Assuma, Sr. Deputado, que está mais interessado em defender, quase que em propor, que o Governo intervenha na comunicação social, desde que isso favoreça o seu partido. O Governo jamais fará isso. Jamais fará qualquer intervenção em qualquer órgão da comunicação social, porque, conforme disse, tem muito respeito pelo trabalho que esses profissionais fazem em Portugal.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Não parece!

O Orador: — E, conforme disse muitas vezes, em condições que não são e estão ainda muito longe das quais que se passam noutras países.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Aceito, Sr. Deputado, o que separa o seu sonho e a realidade porque vivemos numa sociedade democrática e porque existem jornalistas que são bons profissionais.

Por que é que o Sr. Deputado não colocou a pergunta frontalmente?

Por que é que não perguntou por que razão é que o Governo não interveio na comunicação social para que o seu partido aparecesse durante mais tempo na televisão? Essa era a maneira mais frontal do ponto de vista político! Sr. Deputado, esteja descansado, porque o comportamento do Governo com a comunicação social continuará a ser o mesmo,...

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Ó diabo!...

O Orador: — ... ou seja, não vai interferir respeitando e fazendo sempre tudo para que os jornalistas tenham melhores condições de trabalho, a fim de que o seu brio profissional possa ser traduzido em melhores condições de formação profissional, respeitabilidade e inserção na própria sociedade democrática.

Aplausos do PSD.

Risos do PS, do PCP e da ID.

O Sr. Naraná Coissoró (CDS): — Uma lástima!

O Sr. Presidente: — Para fazer um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Começaria por referir ao Sr. Ministro que a memória da Sr.^a Deputada que citou não merecia que tivesse feito uma intervenção tão fraca e deslocada.

Vozes do CDS, do PS e do PRD: — Muito bem!

O Orador: — Era uma deputada por quem eu tinha a maior consideração, embora a conhecesse mal, pelo que não merecia ser citada num contexto tão «frágil» como aquele que o Sr. Ministro utilizou ao citar a memória de uma pessoa respeitável e que tinha da luta política um conceito diferente daquele que o Sr. Ministro aqui apresentou ao dar as respostas que deu.

Aplausos do CDS, do PS, do PCP, do PRD e da ID.

O Sr. Ministro não respondeu à minha bancada; respondeu, isso sim, à comunicação social, cuja bancada está à minha frente. Quando V. Ex.^a respondeu não devia estar a dirigir-se à minha bancada, mas à da imprensa. E digo isto porque os elogios que V. Ex.^a fez foram dirigidos à bancada da imprensa, tentou cativá-la, não respondendo à questão que lhe coloquei.

Devo dizer que não vim a esta Assembleia — nem o faria, aliás — dizer que estava incomodado, triste ou que protestava pelo facto de o meu partido ter mais ou menos tempo de antena, pois estou perfeitamente de acordo que esta não é a sede própria para fazê-lo, aliás, não referi sequer essa questão. O que perguntei — e o Sr. Ministro deve ter percebido porque é uma pessoa cuja inteligência é notória — foi se era ou não

normal utilizar um tempo no *Telejornal* para atacar uma força política; se era ou não normal criticar, por exemplo, a isenção do *Telejornal*; se, para além, obviamente, das explicações pertinentes, mas críticas, era ou não normal dizer-se que o presidente do CDS não tinha qualquer conceito sobre o que é a liberdade de imprensa e que continuava habituado a uma tutela sobre a imprensa (no fundo é um pouco a linguagem, ao contrário, que V. Ex.^a aqui produziu); se era ou não normal dizer-se que a Radiotelevisão Portuguesa não é responsável pelo falhanço de uma estratégia política.

Perguntei se era normal, se era correcto, se fazia parte das relações normais entre poder e oposição — e poder não é só o Governo..., ainda há dias V. Ex.^a viu aqui o Sr. Presidente da República dizer que Governo e oposição são o verso e o reverso de uma mesma medalha —, a Direcção de Informação colocar-se contra quem faz uma crítica nestes termos, mantendo um debate claramente político. É essa a isenção que V. Ex.^a entende que é normal e correcta haver na comunicação social? Foi esta a questão que levantei.

Podia ter levantado outras, mas não o fiz, tais como a de saber com que direito é que esse tempo gasto na nota oficiosa foi utilizado, porque notas oficiosas só pode fazer o Governo, por intermédio do Gabinete do Primeiro-Ministro e da Presidência, se entretanto a lei não foi mudada!...

A questão que coloquei não foi a de o meu partido ter mais ou menos tempo de antena, nem a de aparecer mais ou menos no *Telejornal*, mas sim — e a minha questão foi bastante clara e não entendo por que é que a distorceu — a de saber se o Governo, esta Assembleia ou, em suma, quem detém o poder político são ou podem ser indiferentes a este tipo de relacionamento; se são indiferentes ao rompimento de regras fundamentais para o equilíbrio de um Estado de direito; em conclusão, se são indiferentes a um conceito de liberdade bem entendida. A questão que coloquei não tem a ver com ataques a jornalistas — que não fizemos — nem com a defesa intempestiva dos jornalistas, que não era solicitada a V. Ex.^a, pois ninguém os atacou; agora, é evidente que se está a colocar uma questão de princípio.

V. Ex.^a pode dizer que o Governo nada tem a ver com isso e eu pergunto: então, quem é que tem a ver com isso? É a administração da RTP? Também parece que nada tem a ver com isso. V. Ex.^a diz que é a lei e eu pergunto: como e em que sentido? Politicamente, o Governo é indiferente a isso? O Governo apenas faz apreciar e executar os mecanismos jurídicos? O Governo não tem opinião política sobre isso? V. Ex.^a quer impedir-me de perguntar qual é a opinião política do Governo sobre isso? É óbvio que é uma pergunta cuja sede própria para a fazer é esta, cuja dignidade política para a fazer é aqui. V. Ex.^a pode dizer que o Governo não tem opinião política e que isso é normal para o Governo, mas responda assim, se entender.

Devo dizer que não contava que V. Ex.^a, o Ministro da Juventude — mais do que o Ministro Adjunto —, tivesse uma posição destas.

Aplausos do CDS, do PS, do PCP, do PRD e da ID.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro Adjunto e da Juventude.

O Sr. Ministro Adjunto e da Juventude: — Sr. Deputado Basílio Horta, quero dizer-lhe que, quando citei o nome da deputada (de quem era amigo pessoal, embora estivéssemos em campos políticos diferentes), o fiz porque ela tem uma mensagem profunda que talvez se aplicasse bastante bem ao Sr. Deputado. Pedi-lhe apenas que meditasse sobre ela.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Ministro, não meta mais água! Que coisa mórbida!

O Orador: — Sr. Deputado Basílio Horta, será normal que o Sr. Deputado, com a experiência parlamentar que tem, inteligente e conchedor profundo que é das regras democráticas, coloque a um governo uma questão destas?

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado pergunta qual é a posição política de um Governo face a uma situação que se passa entre um órgão de comunicação social, ou seja, entre jornalistas e um cidadão, mas será normal pôr-se esta questão?

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Mas não vale a pena discutir mais! Dir-lhe-ei apenas, Sr. Deputado, que o Governo não tem de comentar. Trata-se de uma relação entre um órgão de comunicação e um cidadão, pelo que não cabe ao Governo comentar essa matéria.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a próxima reunião terá lugar terça-feira, dia 10 de Maio, constando da ordem do dia a discussão das propostas de lei n.ºs 39/V e 40/V e as votações das propostas de lei n.ºs 43/V e 32/V e do projecto de lei n.º 142/V.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, se me permite, gostaria de relembrar o acordo que houve no sentido de a minha pergunta oral ao Governo ser formulada na próxima sessão.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado. Aliás, não precisava de relembrar, uma vez que isso foi anunciado no início da sessão.

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 12 horas e 15 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adriano Silva Pinto.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António José Caeiro da Mota Veiga.
António José de Carvalho.
António Manuel Lopes Tavares.
Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.

Cristóvão Guerreiro Norte.
Filipe Manuel Silva Abreu.
Gilberto Parca Madail.
Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.
José Luís de Carvalho Lalanda Ribeiro.
José Manuel Rodrigues Casqueiro.
José Pereira Lopes.
Maria Assunção Andrade Esteves.
Rui Gomes da Silva.

Partido Socialista (PS):

José Luís do Amaral Nunes.
Orlando Moreira de Campos Cruz.

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alfredo do Vale Gomes Carvalhas.
Maria Luísa Amorim.

Centro Democrático Social (CDS):

Basilio Adolfo de M. Horta da Franca.

Agrupamento Intervenção Democrática (ID):

Raul Fernandes de Moraes e Castro.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

António Maria Pereira.
Armando Carvalho Guerreiro Cunha.
Carlos Manuel Oliveira da Silva.
Dinah Serrão Alhandra.
Fernando Dias de Carvalho Conceição.
Fernando Monteiro do Amaral.
Francisco Mendes Costa.
João Álvaro Poças Santos.
João Costa da Silva.
Joaquim Fernandes Marques.
Joaquim Vilela de Araújo.
José de Almeida Cesário.
José Luís Bonifácio Ramos.
José Mendes Bota.
Licínio Moreira da Silva.
Luís Amadeu Barradas Amaral.
Manuel da Costa Andrade.
Manuel José Dias Soares Costa.
Rui Manuel P. Chancerelle de Machete.

Partido Socialista (PS):

Alberto Marques de Oliveira e Silva.
Alberto de Sousa Martins.
António de Almeida Santos.
António Fernandes Silva Braga.
António José Sanches Esteves.
António Magalhães da Silva.
António Manuel Azevedo Gomes.
Armando António Martins Vara.
Carlos Manuel Natividade Costa Candal.
Guilherme Manuel Lopes Pinto.
João Barroso Soares.
João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
José Carlos P. Basto da Mota Torres.
José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.

José Manuel Torres Couto.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Julieta Ferreira B. Sampaio.
 Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alfredo Brito.
 Carlos Campos Rodrigues Costa.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Manuel Rogério Sousa Brito.

Partido Renovador Democrático (PRD):
 Natália de Oliveira Correia.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.

Centro Democrático Social (CDS):
 Adriano José Alves Moreira.
 José Luís Nogueira de Brito.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):
 Herculano da Silva P. Marques Sequeira.

OS REDACTORES: *Carlos Pinto da Cruz — Leonor Ferreira.*

DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — A renovação das assinaturas ou a aceitação de novos assinantes para qualquer das publicações oficiais deverá efectuar-se até ao final do mês de Janeiro, no que se refere às assinaturas anuais ou para as do 1.º semestre, e até 31 de Julho, para as que corresponderem ao 2.º semestre.

2 — Preço de página para venda avulso, 48; preço por linha de anúncio, 86\$.

3 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

4 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 88\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do Diário da República e do Diário da Assembleia da República deve ser dirigida a administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex